

PROJETO PEDAGÓGICO
DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

DIVINÓPOLIS – MINAS GERAIS

2016

SUMÁRIO

ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DA UEMG	4
1. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO	5
2. HISTÓRICO E PERFIL DA INSTITUIÇÃO	6
2.1. A Universidade do Estado de Minas Gerais.....	6
2.2. A Unidade Acadêmica de Divinópolis.....	7
2.3. Contribuição para o desenvolvimento regional.....	9
2.3.1.Contexto socioeconômico do município de Divinópolis.....	9
3. CURSOS OFERECIDOS	10
4. APRESENTAÇÃO DO CURSO	12
4.1. Justificativa.....	14
4.2. Concepções, finalidade e objetivos.....	16
5. PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO	18
5.1 Competências.....	19
5.3. Espaços sócios ocupacionais.....	20
7. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR	22
7.1. Carga horária e integralização dos cursos.....	22
7.2. Processo Seletivo.....	22
7.3. Regime de Matrícula.....	23
8. COMPOSIÇÃO CURRICULAR	23
8.1. Conteúdos Curriculares Obrigatórios (OBR).....	23
8.2. Disciplinas Optativas (OP) e Eletivas (EL).....	25
8.3. Disciplinas semi-presenciais.....	26
8.4. Estágio Curricular Supervisionado.....	26
8.5. Atividades Complementares.....	28
8.6. Trabalho de Conclusão de Curso.....	28
8.7. Articulação Teórica-Prática.....	29
8.8. Atendimento aos requisitos legais e normativos.....	29
8. 9. Estrutura curricular.....	31
8.10. Ementário e bibliografia.....	37
9. METODOLOGIA UTILIZADA PELO CURSO	67
10. FLEXIBILIZAÇÃO CURRICULAR/INTERAÇÃO COM OUTROS CURSOS.....	69

11. SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO DISCENTE.....	69
12. PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA E APOIO PSICOLÓGICO E PSICOPEDAGÓGICO AO ESTUDANTE – PROAPE	70
14. NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE.....	73
15. COORDENAÇÃO DO CURSO	73
16. INFRAESTRUTURA PARA O FUNCIONAMENTO DO CURSO	74
16.1. Infraestrutura física da Unidade Acadêmica.....	74
16.2. Registro Acadêmico.....	77
16.3. Biblioteca.....	78
16.4. Redes de Informação.....	80
17. INSTRUMENTOS NORMATIVOS DE APOIO.....	81
18. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	83
ANEXO A - REGULAMENTO DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO.....	84
CAPÍTULO I.....	84
ANEXO B - REGULAMENTO DE ATIVIDADES COMPLEMENTARES	89
ANEXO C - REGULAMENTO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO.....	95

ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DA UEMG

REITOR

Dijon Moraes Júnior

VICE-REITOR

José Eustáquio de Brito

PRÓ-REITORA DE ENSINO

Elizabeth Dias Munaier Lages

PRÓ-REITORA DE PESQUISA E PÓS GRADUAÇÃO

Terezinha Abreu Gontijo

PRÓ-REITORA DE EXTENSÃO

Giselle Hissa Safar

PRÓ-REITOR DE GESTÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

Adailton Vieira Pereira

DIRETORA DA UNIDADE ACADÊMICA DE DIVINÓPOLIS

Fabrizio Furtado de Sousa

VICE-DIRETORA DA UNIDADE ACADÊMICA DE DIVINÓPOLIS

Rodrigo Fagundes Braga

COORDENADORA DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

Klauze Silva

1. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

Estabelecimento de Ensino: Universidade do Estado de Minas Gerais

Unidade Acadêmica: Divinópolis

Esfera administrativa: Estadual

Curso: Serviço Social

Modalidade: Bacharelado

Turno de funcionamento: Noturno

Integralização do curso:

- **Mínima:** 4 anos

- **Máxima:** 7 anos

Número de vagas anuais autorizadas: 40

Regime de ingresso: Anual

Início de funcionamento: 2005

Reconhecimento: Portaria SERES/MEC nº 403, de 22/07/2014

Município de implantação: Divinópolis

Endereço de funcionamento do curso: Avenida Paraná, 3001

Bairro: Jardim Belvedere II

CEP: 35.501-170

Fone: 037 3229.3558

e-mail: klauze.silva@uemg.br

2. HISTÓRICO E PERFIL DA INSTITUIÇÃO

2.1. A Universidade do Estado de Minas Gerais

Uma análise dos 25 anos de sua criação permite afirmar que a Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG representa, hoje, uma alternativa concreta e rica de aproximação do Estado mineiro com suas regiões, por acolher e apoiar a população de Minas onde vivem e produzem. Por sua vocação, tem sido agente do setor público junto às comunidades, colaborando na solução de seus problemas, através do ensino, da pesquisa e da extensão e na formatação e implementação de seus projetos de desenvolvimento.

Para se firmar no contexto do Ensino Superior no Estado e buscando estar presente em suas mais distintas regiões, a UEMG adota um modelo multicampi, se constituindo não apenas como uma alternativa aos modelos convencionais de instituição de ensino, mas também de forma política no desenvolvimento regional. Assim, a Universidade apresenta uma configuração ao mesmo tempo, universal e regional. Deste modo, ela se diferencia das demais pelo seu compromisso com o Estado de Minas Gerais e com as regiões nas quais se insere em parceria com o Governo do Estado, com os municípios e com empresas públicas e privadas. Compromisso este apresentado em um breve histórico da formação de suas Unidades acadêmicas.

A UEMG foi criada em 1989, mediante determinação expressa no Art. 81 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT da Constituição do Estado de Minas Gerais e a sua estrutura foi regulamentada pela Lei nº 11.539, de 22 de julho de 1994, estando vinculada à Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior – SECTES, à qual compete formular e implementar políticas públicas que assegurem o desenvolvimento científico e tecnológico, a inovação e o ensino superior.

O Campus de Belo Horizonte teve sua estrutura definida pela mesma Lei, que autorizou a incorporação à UEMG da Fundação Mineira de Arte Aleijadinho – FUMA, hoje transformada em duas escolas: Música e Design; a Fundação Escola Guignard; o curso de Pedagogia do Instituto de Educação, transformado na Faculdade de Educação de Belo Horizonte, e o Serviço de Orientação e Seleção Profissional – SOSF, hoje convertida em Centro de Psicologia Aplicada – CENPA. Compõe o Campus Belo Horizonte ainda, a Faculdade de

Políticas Públicas Tancredo Neves, criada pela Resolução CONUN/UEMG Nº 78, de 10 de setembro de 2005, com vistas a contribuir para a consolidação da missão institucional da UEMG relativa ao desenvolvimento de projetos de expansão e diversificação dos cursos oferecidos e, para a ampliação do acesso ao ensino superior no Estado.

No interior, a UEMG realizou, em convênio com prefeituras municipais, a instalação do curso de Pedagogia fora de sede em Poços de Caldas e das Unidades Acadêmicas em Barbacena, Frutal, João Monlevade, Leopoldina e Ubá com a oferta de cursos que buscam contribuir para a formação de profissionais e para a produção e difusão de conhecimentos, que reflitam os problemas, potencialidades e peculiaridades de diferentes regiões do Estado, com vistas à integração e ao desenvolvimento regional.

Mais recentemente, por meio da Lei nº 20.807, de 26 de julho de 2013, foi prevista a estadualização das fundações educacionais de ensino superior associadas à UEMG, de que trata o inciso I do § 2º do art. 129 do ADCT, a saber: Fundação Educacional de Carangola; Fundação Educacional do Vale do Jequitinhonha, de Diamantina; Fundação de Ensino Superior de Passos; Fundação Educacional de Ituiutaba; Fundação Cultural Campanha da Princesa, de Campanha e Fundação Educacional de Divinópolis; bem como os cursos de ensino superior mantidos pela Fundação Helena Antipoff, de Ibirité, estruturada nos termos do art. 100 da Lei Delegada nº 180, de 20 de janeiro de 2011, cujos processos de estadualização foi encerrado em novembro de 2014.

Com as últimas absorções efetivadas, a Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG assumiu a posição de terceira maior universidade pública do Estado, com mais de 18 mil estudantes, mais de 100 cursos de graduação e presença em 17 municípios de Minas Gerais, contando ainda com polos de ensino a distância em 13 cidades mineiras.

2.2. A Unidade Acadêmica de Divinópolis

A Unidade Acadêmica de Divinópolis da Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG, tem sua história vinculada à da Fundação Educacional de Divinópolis – FUNEDI, que foi criada pelo Governo do Estado de Minas Gerais através da Lei nº 3.503 de 04.11.1965 sob a denominação de Fundação Faculdade de Filosofia e Letras de Divinópolis – FAFID e em 1977, passou a denominar Fundação Educacional de Divinópolis – FUNEDI.

A FUNEDI, enquanto mantenedora de instituições de ensino superior, teve por objetivo principal, desde o início de seu funcionamento, manter e desenvolver, de conformidade com a legislação federal e estadual pertinente, estabelecimento integrado de ensino e pesquisa, de nível superior, destinado a proporcionar, a esse nível, formação acadêmica e profissional.

Em relação às instituições de ensino superior que eram mantidas pela FUNEDI, o Instituto de Ensino Superior e Pesquisa – INESP – era a mais antiga, e sua história confundia-se com a da própria Fundação. Sua origem remonta a 1964 sob o nome de Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Divinópolis - FAFID, cujas atividades letivas tiveram início no primeiro semestre de 1965, com os cursos de Ciências Sociais, Filosofia, Letras e Pedagogia. Em 1973, a FAFID, reestruturada, passou a denominar-se Instituto de Ensino Superior e Pesquisa – INESP.

A partir de 2001, a criação do Instituto Superior de Educação de Divinópolis – ISED – determinou uma profunda mudança na estrutura do INESP, que transferiu à unidade recém-criada a responsabilidade pelos cursos de licenciatura, ficando com os cursos de bacharelado. Além do ISED, outras instituições de ensino superior foram criadas e mantidas pela FUNEDI: a Faculdade de Ciências Gerenciais – FACIG e o Instituto Superior de Educação de Cláudio – ISEC, no município de Cláudio/MG; o Instituto Superior de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas de Abaeté – ISAB e o Instituto Superior de Educação do Alto São Francisco – ISAF, no município de Abaeté/MG e o Instituto Superior de Ciências Agrárias – ISAP, no município de Pitangui/MG.

A história da UEMG e da FUNEDI inicia em 1989, quando a Assembleia Geral da Fundação Educacional de Divinópolis – FUNEDI, com base no disposto no parágrafo primeiro do Art. 82 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Mineira de 1989, optou por pertencer à Universidade e constituiu-se, por força do decreto governamental 40.359 de 28/04/99, que trata do credenciamento da Universidade, como Campus Fundacional agregado à UEMG, passando à condição de associada, a partir de 2005, nos termos do art. 129 do referido Ato.

Em 27 de julho de 2013 foi assinada a Lei nº 20.807, que dispôs sobre os procedimentos para que a absorção das fundações educacionais de ensino superior associadas à Universidade do Estado de Minas Gerais se efetivasse.

Em 3 de abril de 2014 foi assinado o Decreto nº 46.477, de 3 de abril de 2014, que regulamentou a absorção da Fundação Educacional de Divinópolis a partir de 03 de setembro de 2014. Assim, a partir desta data, as atividades de ensino, pesquisa e extensão da Fundação Educacional de Divinópolis foram transferidas à Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG, garantindo aos alunos da graduação o ensino público e gratuito.

A criação e manutenção pela FUNEDI, de instituições de ensino superior em várias cidades de Minas Gerais, sempre teve como princípio norteador a proposta inicial da Universidade do Estado de Minas Gerais, mesmo antes de sua absorção, que é o princípio multicampi, que permite a cada uma das várias unidades localizadas em diversas regiões do Estado exercer sua vocação própria, contribuindo para o desenvolvimento das localidades sob sua área de influência.

2.3. Contribuição para o desenvolvimento regional

A Unidade de Divinópolis sempre foi considerada uma referência no Centro-Oeste Mineiro devido ao seu envolvimento com as questões sociais e ambientais, através do ensino, com os cursos de graduação, pós-graduação “lato sensu” e Mestrado Profissional em Desenvolvimento Social, recomendado pela CAPES, e pela sua participação em diversos projetos de pesquisa e extensão junto à comunidade de Divinópolis e nos municípios circunvizinhos, que ganham mais força com a sua absorção pela Universidade do Estado de Minas Gerais, garantindo assim a manutenção do seu princípio de indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão.

2.3.1. Contexto socioeconômico do município de Divinópolis

O município de Divinópolis está situado no centro-oeste do Estado de Minas Gerais. Do ponto de vista político-administrativo, insere-se na Região Administrativa do Alto São Francisco e da Associação dos Municípios da Microrregião do Vale do Itapeçerica como polo de atividade siderúrgica, do vestuário e agropecuária.

Divinópolis está localizada a 20° 08' 21" de latitude Sul e 44° 53' 17" de longitude Oeste, a 106 km do sudoeste de Belo Horizonte. Possui 708 km², com uma população de 213.076 habitantes, clima tropical de altitude, PIB do município de R\$13.902,16, IDEB 64º lugar, expectativa de vida 75, 84 anos, O IDH de Minas Gerais é de 0,731 e de Divinópolis é de 0,764 ficando em 21º lugar em relação à Minas Gerais (IBGE, 2010).

Divinópolis faz limites ao norte com Nova Serrana, ao noroeste com Perdigoão, ao oeste com Santo Antônio do Monte, sudoeste com São Sebastião do Oeste, ao sul com Cláudio e a leste com Carmo do Cajuru e São Gonçalo do Pará.

3. CURSOS OFERECIDOS

CURSO	MODALIDADE	DURAÇÃO DO CURSO	VAGAS ANUAIS 2016	TURNO	CANDIDATO/VAGA VESTIBULAR 2016	ÚLTIMO ATO LEGAL EXPEDIDO
Administração (Abaeté)	Bacharelado	4 anos	40	Noturno	3,93	Reconhecido pelo Decreto Estadual nº 89 de 14/04/2015.
Ciências Biológicas	Licenciatura	4 anos	40	Vespertino	2,70	Reconhecimento Renovado pelo Decreto Estadual nº 62 de 27/03/2015.
Ciências Contábeis (Abaeté)	Bacharelado	4 anos	40	Noturno	4,87	Reconhecimento renovado pela Portaria SERES/MEC nº 705 de 18/12/2013.
Comunicação Social: Publicidade e Propaganda	Bacharelado	4 anos	30	Noturno	10,00	Reconhecimento renovado pela Portaria SERES/MEC nº 330 de 24/07/2013.
Educação Física	Bacharelado	4 anos	40	Matutino	10,80	Autorizado pela Portaria SESu/MEC nº 2.010 de 29/11/2010.
Educação Física	Licenciatura	4 anos	40	Noturno	7,75	Reconhecido pela Portaria SERES/MEC nº 216 de 28/03/2014.
Enfermagem	Bacharelado	5 anos	40	Matutino	3,70	Resolução SECTES nº

CURSO	MODALIDADE	DURAÇÃO DO CURSO	VAGAS ANUAIS 2016	TURNO	CANDIDATO/VAGA VESTIBULAR 2016	ÚLTIMO ATO LEGAL EXPEDIDO
			40	Noturno	6,30	013 de 05/10/2015.
Engenharia Civil	Bacharelado	5 anos	80	Matutino	9,38	Reconhecimento renovado pela Portaria SERES/MEC nº 286 de 21/12/2012.
			40	Vespertino	1,00	
			40	Noturno	14,50	
Engenharia da Computação	Bacharelado	5 anos	40	Matutino	4,10	Reconhecido pelo Decreto Estadual nº 59, de 27/03/2015.
			40	Noturno	9,30	
Engenharia de Produção	Bacharelado	5 anos	80	Matutino	4,15	Reconhecimento renovado pelo Decreto Estadual nº 67, de 30/03/2015.
			40	Noturno	8,25	
Fisioterapia	Bacharelado	5 anos	40	Vespertino	15,05	Resolução SECTES nº 017 de 05/10/2015.
História	Licenciatura	4 anos	40	Noturno	4,05	Reconhecimento renovado pela Portaria SERES/MEC nº 347 de 03/06/2014.
Jornalismo	Bacharelado	4 anos	30	Matutino	2,67	Reconhecimento renovado pela Portaria SERES/MEC nº 66 de 15/02/2013.
Letras	Licenciatura	4 anos	40	Noturno	2,50	Reconhecimento renovado pela Portaria SERES/MEC nº 67 de 15/02/2013
Matemática	Licenciatura	4 anos	40	Noturno	2,00	Reconhecimento renovado pelo Decreto Estadual nº 68 de 30/03/2015 - Governador do Estado
Pedagogia	Licenciatura	4 anos	40	Matutino	2,05	Reconhecimento renovado pela Portaria SERES/MEC nº 215 de 17/05/2013
			40	Noturno	4,65	
Psicologia	Bacharelado	5 anos	40	Matutino	11,30	Reconhecimento

CURSO	MODALIDADE	DURAÇÃO DO CURSO	VAGAS ANUAIS 2016	TURNO	CANDIDATO/VAGA VESTIBULAR 2016	ÚLTIMO ATO LEGAL EXPEDIDO
			40	Noturno	17,75	renovado pela Portaria SERES/MEC nº 705 de 18/12/2013.
Química	Licenciatura	4 anos	40	Noturno	2,10	Reconhecido pela Portaria SERES/MEC nº 565 de 30/09/2014
Serviço Social (Abaeté)	Bacharelado	4 anos	40	Noturno	1,77	Reconhecido pela Portaria SERES/MEC nº 404 de 22/07/2014.
Serviço Social (Divinópolis)	Bacharelado	4 anos	50	Noturno	2,75	Reconhecido pela Portaria SERES/MEC nº 403 de 22/07/2014.

4. APRESENTAÇÃO DO CURSO

O atendimento aos grandes problemas sociais do qual o país padece é de responsabilidade das diferentes áreas do conhecimento, cada uma com a sua especificidade e forma especial de contribuição. Algumas estão mais voltadas ao estudo da dinâmica e da estrutura social, aos problemas que geram as desigualdades e as injustiças sociais, por isto se instrumentalizam teórica e metodologicamente para atuar de forma crítica e transformadora para a melhoria da qualidade de vida de todos os cidadãos.

O Curso de Serviço Social da Unidade Acadêmica de Divinópolis - UEMG atende ao reclamo social para a formação de profissionais nas áreas de formação em Ciências Sociais na região Centro-Oeste de Minas Gerais.

O conhecimento e a experiência que, ao longo do tempo, a área de Serviço Social vem desenvolvendo em relação à formação dos seus quadros e a sua atividade científica e profissional, constituem o alicerce da presente proposta para sugerir um curso comprometido com a ciência e com a sociedade.

As áreas afins do Serviço Social vêm trabalhando intensamente na produção científica na área social, na transferência de metodologias de intervenção social, no apoio e desenvolvimento

das políticas públicas governamentais, com base nas especificidades regionais e institucionais que respondem aos atuais desafios que a área enfrenta numa sociedade em constante mudança, abrindo novos espaços e delegando responsabilidades a esta categoria de profissionais.

A oferta do Curso de Serviço Social no ano de 2005 ocorre num momento onde a descentralização, entendida como municipalização da Política Nacional da Assistência Social levava os municípios a criar as condições necessárias para operacionalizar o Sistema Único da Assistência Social (SUAS) para enfrentar as desigualdades sociais que a má distribuição de renda gera. O contexto era de velozes e intensas mudanças políticas, econômicas, culturais e ambientais, que exigem conhecimento, habilidade e competência para a intervenção na vida social e, sobretudo, para implantar os programas de redistribuição de renda com um apreço na perspectiva da interdisciplinaridade e da intersetorialidade para implementação e operacionalização das políticas públicas.

O curso foi criado com base nas especificidades regionais e institucionais para responder a estes desafios. Programou-se a uma sólida formação teórica, aberta e em diálogo com os diferentes paradigmas de análise da realidade social, uma formação instrumental e técnica que habilite o profissional para planejar, desenvolver e avaliar projetos sociais e políticas públicas, assim como ser competente na assistência pessoal, familiar, grupal e institucional na consecução dos direitos fundamentais e cidadania. Ao mesmo tempo o curso planejado, destaca, entre outros, um eixo fundamental na formação, qual seja a importância da pesquisa, da extensão, assim como da apropriação de metodologias participativas e de intervenção que possam auxiliar na identificação das causas dos determinantes sociais das desigualdades e propor ações de transformação social.

A região está se beneficiando do trabalho destes profissionais, pois é notória a presença de seus egressos nas áreas de saúde, educação, habitação, assistência social, seguridade social (INSS), no judiciário, empresas dentre outros. Por outro lado, o curso também se beneficia do trabalho destes profissionais atuam hoje como professores, coordenadores de curso e supervisores de campo de estágio de seus alunos.

O Curso foi autorizado a funcionar pelo Decreto Estadual de 21 de fevereiro de 2005. O Projeto Pedagógico foi autorizado no ato de sua criação, colocado em prática com o ingresso

da primeira turma e rediscutido e avaliado de forma continuada e sistemática nas reuniões de colegiado. O curso é reconhecido no MEC, Portaria 403, expedida em 22/07/2014.

Em 2006, o colegiado de curso solicitou ao Conselho Estadual de Educação de Minas Gerais (CEE/MG) autorização para realizar a primeira alteração da estrutura curricular do curso, mantendo a mesma concepção, objetivos e perfil profissional a ser formado, mas ampliando a carga horária das disciplinas e introduzindo novas disciplinas. Essa alteração curricular está autorizada pelo Parecer CEE/MG n. 99/07, de 31/01/2007.

O Núcleo Docente Estruturante (NDE) e a coordenação do curso procederam, em 2013, ao segundo ajuste na matriz curricular. A configuração proposta feita em plena consonância com os critérios do Ministério da Educação e Cultura (MEC) e com as diretrizes curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), obedecendo criteriosamente a carga horária mínima para integralização do curso, bem como os eixos em que se fundamentam a proposta de formação profissional construída coletiva e historicamente pelas representações da categoria.

Para 2016, como forma de atender as orientações oriundas da UEMG, o curso passa pelo seu terceiro ajuste curricular. Estabelece-se o sistema de créditos, bem como as disciplinas eletivas que com as optativas possibilitam aos estudantes uma maior flexibilidade sobre sua formação acadêmica.

4.1. Justificativa

A constituição do Serviço Social no Brasil está vinculada à emergência de um novo tipo de sociedade, denominada moderna, ou seja, capitalista. É neste contexto que emerge o Serviço Social, como profissão legitimada na sociedade, para intervir nas manifestações da “questão social”. O assistente social é um profissional capaz de atuar nas relações sociais de produção e reprodução da vida social como uma profissão generalista e interventiva no âmbito da questão social.

O atendimento aos grandes problemas sociais do qual o país padece é de responsabilidade das diferentes áreas do conhecimento, cada uma com a sua especificidade e forma especial de contribuição. Algumas estão mais voltadas ao estudo da dinâmica e da estrutura social, aos problemas que geram as desigualdades e as injustiças sociais, por isto se instrumentalizam

teórica e metodologicamente para atuar de forma crítica e transformadora para a melhoria da qualidade de vida de todos os cidadãos.

O conhecimento e a experiência que, ao longo do tempo, a área de Serviço Social vem desenvolvendo em relação à formação dos seus quadros e a sua atividade científica e profissional, constituem o alicerce da presente proposta para sugerir um curso comprometido com a ciência e com a sociedade.

O avanço do processo de democratização do país, responsável pela crescente participação da sociedade civil nas iniciativas que dizem respeito às políticas sociais e o visível crescimento do número e da esfera de atuação das ONGs a terceirização de serviços, e o novo perfil assumido pela questão social demandam cada vez mais profissionais qualificados para tarefas de gestão e intervenção sociais, exigindo que o ensino superior estabeleça padrões de qualidade adequados.

Novas formas de consciência e de identidade forjadas neste processo, assim como formas inéditas de contestação, maior consciência de direitos de cidadania e de participação de diferentes segmentos sociais não só multiplicam os problemas sociais como, também, criam condições para o seu desvelamento. O assistente social atua, exatamente, nesse terreno de tensão de duas faces onde está presente a possibilidade de o homem ter acesso à natureza, à cultura, à ciência, ao desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social.

Como a questão social se produz na interface das condições estruturais e conjunturais da sociedade brasileira, as transformações provocadas pelo esgotamento do padrão de acumulação capitalista, marcada pela reestruturação produtiva, do sistema neoliberal e do processo da globalização reconfigurou o perfil da clientela e as demandas postas ao trabalho de assistentes sociais.

O profissional de Serviço Social atua em organizações da esfera pública, privada, economia mista, organizações não governamentais e no terceiro setor. Suas competências e atribuições privativas estão dispostas na Lei 8.662/1993.

Embora haja o risco de a questão social ser apreendida de maneira fragmentada, numa atuação que tende a se fixar em diferentes políticas sociais setoriais, o assistente social tem contribuído efetivamente na construção e fortalecimento dos espaços de controle social, de

defesa dos direitos sociais, a exemplo do Sistema Único de Saúde (SUS), da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), do Sistema Único da Assistência Social (SUAS), do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e dos idosos, entre outros. Além disso, presta serviços a fim de contribuir no processo de desenvolvimento social, na perspectiva de fortalecimento e valorização da autonomia, participação e exercício da cidadania, da justiça social e acesso aos direitos sociais e humanos.

Neste sentido o Curso de Serviço Social inscreve sua ação na socialização e produção do conhecimento científico historicamente construído na sua esfera de atuação dentro das grandes áreas das Ciências Sociais, respeitando as pluralidades de paradigmas, métodos e técnicas construídas nesta área de saber.

O objetivo dessa proposta pedagógica é de formar e qualificar assistentes sociais críticos e competentes através de atividades de ensino, pesquisa e extensão, influenciando na elaboração e implementação de políticas sociais públicas e na organização e mobilização da sociedade civil, tendo em vista contribuir para o processo de cidadania e democratização da sociedade brasileira, de acordo com a Regulamentação da Profissão (Lei Nº 8.662/93) e com o Código de Ética do Assistente Social (Resolução CFESS – 273/93).

4.2. Concepções, finalidade e objetivos

O PPC do curso tem como propósito uma sólida formação teórica, aberta e em diálogo com os diferentes paradigmas de análise da realidade social; uma formação instrumental e técnica que habilite o profissional a organizar, planejar, desenvolver, avaliar os serviços, os projetos e programas sociais a que são demandados. O eixo fundamental na formação propicia o acesso a bases de dados e de literatura empírica, assim como a apropriação de metodologias participativas e de intervenção que possam auxiliar na identificação das causas dos determinantes sociais das desigualdades e propor ações de transformação social.

O curso é constituído de disciplinas cujos conteúdos conduzem à investigação e à compreensão da realidade social com as expressões da questão social, que perpassa todas as camadas sociais, gerando novas relações sociais, novas demandas e necessidades. A compreensão destas relações permeia todo o processo da formação: o que fazer? Como fazer? Por que fazer?

Desta forma, teoria, método e história não se constituem em eixos curriculares ou em disciplinas, mas em um eixo para a formação profissional que tem como pressuposto a compreensão do movimento histórico e concreto da realidade e os aspectos focais dela, os quais constituem em objetos de intervenção profissional. Neste sentido o curso objetiva:

Na dimensão *teórico-metodológica* – socializar e construir conhecimento científico fundamentado nas Ciências Sociais, destinada a subsidiar a compreensão da realidade social.

Na dimensão *ético-política* – fomentar uma formação ética e humanista que permita aos futuros assistentes sociais orientarem suas ações pelo Código de Ética Profissional.

Na dimensão *técnico-operativa* – viabilizar a aquisição de um conjunto de habilidades e competências técnicas utilizadas para o desempenho pleno de suas funções profissionais.

A partir destas dimensões são objetivos do curso de graduação em Serviço Social

Objetivo Geral:

- O Curso de Serviço Social objetiva preparar Assistentes Sociais qualificados (as) para atuarem nos diferentes espaços sócio ocupacionais que se compatibilizam com as exigências da legislação profissional - Código de Ética/93 e Lei 8662/93. A proposta formativa fundamentada nas Diretrizes Curriculares Nacionais contempla o desenvolvimento das habilidades e competências necessárias ao exercício da criatividade e da crítica como condições indispensáveis para a inserção no mundo do trabalho e para o enfrentamento das expressões da “questão social”.

Objetivos Específicos:

- Formar profissionais politicamente comprometidos com as lutas sociais pela defesa da democracia, da garantia dos direitos sociais e da ampliação da cidadania.
- Formar profissionais com consistente fundamentação histórica, teórico-metodológica, ético-política e técnico operativa que estejam capacitados (as) para elaborar respostas adequadas aos desafios cotidianos inscritos no universo das diferentes formas de

manifestação da “questão social”, que se exprime sob as formas da miséria, da carência, da expropriação, ou mesmo em qualquer modo de exclusão;

- Incentivar a produção e difusão de conhecimentos na área de Serviço Social, visando subsidiar os sujeitos sociais nos processos de desvendamento das relações sociais historicamente construídas na sociedade brasileira;
- Estimular o desenvolvimento de ações junto aos diferentes segmentos sociais que integram a comunidade microrregional.

5. PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO

Considerando os aspectos regionais e locais define-se como perfil do egresso do curso da Universidade do Estado de Minas Gerais um profissional com capacidade para fazer a leitura crítica da realidade social, para reconhecer cientificamente as expressões da questão social e identificar os espaços ocupacionais locais e regionais.

As competências e habilidades do egresso estão diretamente vinculadas ao que propõe o projeto ético-político do Serviço Social e estão pautadas em princípios como o reconhecimento da liberdade como valor central, reafirmando a autonomia, a emancipação e o desenvolvimento dos sujeitos sociais como compromissos da categoria profissional dos assistentes sociais.

Ressalta-se ainda o compromisso com a defesa intransigente dos direitos humanos e a recusa do arbítrio e dos preconceitos, contemplando o pluralismo sem dominação/exploração de classes, etnia e gênero.

Seguindo as concepções, finalidade e objetivos do projeto pedagógico viabiliza-se uma capacitação teórico metodológica, técnico operativa e ética política, com vistas a formação das seguintes competências e habilidades que forma um profissional:

- Para atuar nas expressões da questão social, formulando e implementando propostas de intervenção para seu enfrentamento, com capacidade de promover o exercício pleno da cidadania e a inserção criativa e propositiva dos usuários do Serviço Social no conjunto das relações sociais e no mercado de trabalho;

- Dotado de formação intelectual e cultural generalista crítica, competente em sua área de desempenho, com capacidade de inserção criativa e propositiva, no conjunto das relações sociais e de mercado;
- Comprometido com valores norteadores do Código de Ética do Assistente Social.

5.1 Competências

- Elaborar, implementar, executar e avaliar políticas sociais junto a órgãos da administração pública, direta ou indireta, empresas, entidades e organizações populares, bem como planos programas e projetos que sejam do âmbito de atuação do Serviço Social com participação da sociedade civil;
- Encaminhar providências, e prestar orientação social a indivíduos, grupos e à população;
- Orientar indivíduos e grupos de diferentes segmentos sociais no sentido de identificar recursos e de fazer uso dos mesmos no atendimento e na defesa de seus direitos;
- Planejar, executar e avaliar pesquisas que possam contribuir para a análise da realidade social e para subsidiar ações profissionais;
- Prestar assessoria e consultoria a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades, como também a movimentos sociais em matéria relacionada às políticas sociais, no exercício e na defesa dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade;
- Planejamento, organização e administração de Serviços Sociais e de Unidade de Serviço Social;
- Realizar estudos socioeconômicos com os usuários para fins de benefícios e serviços sociais junto a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades. (Lei 8.662, de junho de 1993)
- Apreensão crítica dos processos sociais numa perspectiva de totalidade, considerando as novas articulações entre o público e o privado;
- Identificação das demandas -consolidadas e emergentes - presentes na sociedade, visando formular respostas profissionais para o enfrentamento da questão social;
- Atuação em equipes interdisciplinares, multidisciplinares e transdisciplinares;
- Entendimento sobre o processo da educação continuada como marca do desenvolvimento profissional, desenvolvendo sua autonomia intelectual;

- Capacidade de reflexão crítica sobre as questões ligadas à promoção da cidadania.

5.2 Habilidades Específicas:

- Elaborar, executar e avaliar planos, programas e projetos na área social;
- Contribuir para viabilizar a participação dos usuários nas decisões institucionais;
- Estimular a participação dos usuários em projetos e serviços sociais de qualidade nas fases de formulação, gestão e avaliação;
- Realizar pesquisas que subsidiem a formulação de políticas e ações profissionais;
- Prestar assessoria e consultoria a órgãos da administração pública, organizações não-governamentais, empresas privadas e movimentos sociais em matéria relacionada às políticas sociais e à garantia dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade;
- Orientar a população na identificação de recursos para atendimento e defesa de seus direitos;
- Realizar visitas, perícias técnicas, laudos, informações e pareceres sobre matéria de serviço social.

5.3. Espaços sócios ocupacionais

Os campos de atuação do Serviço Social são constituídos em todos os espaços sociais, em que se estabelecem as relações sociais. Assim podem ser espaços sócio-ocupacionais do assistente social:

- Na esfera pública: no âmbito das políticas específicas: Seguridade Social (saúde, assistência social, previdência social), educação, habitação, trabalho, agrária e meio ambiente e desenvolvimento sustentável;
- Na esfera privada: organizações industriais, comerciais e de prestação de serviços , tais como empresas, hospitais, escolas, usinas de açúcar e álcool, fabricação de calçados, confecções, frigoríficos entre outros;
- Nas Organizações Não-Governamentais (ONGs) – não lucrativa: em instituições que se caracterizam como uma organização privada, não lucrativa, que desenvolve ações/atividades relacionadas à prestação de serviços de interesse público. Nesta direção, as instituições filantrópicas estão distribuídas numa diversidade de áreas como a assistência social, saúde, meio ambiente e desenvolvimento sustentável, educação, cultura, esportes, lazer, programas de geração de renda, etc;

- Em movimentos sociais: organizados pela sociedade civil;
- Como profissional autônomo: em assessoria e consultoria nas esferas: pública, privada e filantrópica não lucrativa.

Quanto aos segmentos da população, a atuação profissional se direciona as seguintes áreas: criança e adolescente, família, idoso, mulher, pessoas com deficiências, sujeitos em situação de risco e vulnerabilidade social, e ainda a inserção do assistente social no enfrentamento das questões étnico-raciais e diversidade cultural.

6. ARTICULAÇÃO ENTRE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

Na formação profissional preconiza-se uma soldagem entre o trabalho profissional e as atividades acadêmicas. A pesquisa é um elemento que possibilita esta abordagem, o que faz com que a atividade seja constitutiva do processo de formação do profissional. Ela é uma forma que o profissional dispõe para conhecer a realidade social na qual desenvolve suas atividades.

O reconhecimento da pesquisa como elemento constitutivo da formação e da atividade profissional implica o desenvolvimento da capacidade do assistente social para apreender os problemas específicos do seu tempo sócio-histórico, submetê-los a uma apreciação crítica e deles extrair a significação que extrapola a âmbito da imediatez com que emergem.

As atividades de ensino, pesquisa e extensão no curso de Serviço Social devem ocorrer de forma integrada e com a participação do corpo docente e discente, enfatizando sempre a interdisciplinaridade. Esta integração tem como orientação básica os núcleos estruturantes da formação profissional: Núcleo de Fundamentos Teórico-Metodológicos da Vida Social, Núcleo de Fundamentos da Formação Sócio-histórica da Sociedade Brasileira e Núcleo de Fundamentos do Trabalho Profissional.

A maneira como o curso foi estruturado busca uma integração entre teoria e prática profissional, na medida em que ambas fornecem bases para a aquisição de conhecimentos e habilidades fundamentais para o exercício profissional. Cabe destacar a preocupação constante com os aspectos éticos que perpassarão tanto as atividades teóricas quanto as

práticas que objetivam um contato do aluno com a realidade social e com os diferentes espaços profissionais.

7. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

7.1. Carga horária e integralização dos cursos

O curso de Serviço Social possui 40 (quarenta) vagas anuais, é ministrado com carga horária mínima de 3000 horas com prazo de integralização em, no mínimo, 8 e no máximo, 14 semestres.

A carga horária do curso é distribuída em semestres de 18 (dezoito) semanas, divididas em 6 (seis) dias letivos, com sábados letivos suficientes para perfazer o total de 100 (cem) dias letivos por semestre e 200 (duzentos) dias letivos por ano, conforme estabelece a legislação educacional em vigor.

7.2. Processo Seletivo

O ingresso do aluno no curso de Serviço Social ocorre principalmente através do preenchimento das vagas disponibilizadas via Vestibular e Sistema de Seleção Unificada (SiSU).

O Vestibular é realizado de acordo com as normas estabelecidas pela Comissão Permanente de Processo Seletivo (COPEPS), sendo que, das vagas oferecidas, 45% são destinadas ao Programa de Reserva de Vagas (PROCAN)¹, de acordo com a Lei n.º 15.259/04; e as demais, são destinadas à Ampla Concorrência.

Além do vestibular, o candidato poderá optar também pelo ingresso através do Sistema de Seleção Unificada (SiSU), que é o sistema do Ministério da Educação pelo qual as Instituições de Educação Superior selecionam estudantes com base no desempenho obtido no Exame Nacional de Ensino Médio (ENEM).

¹ CATEGORIA I — afrodescendentes, desde que carentes – reserva de 20% (vinte por cento) das vagas de cada curso de graduação.

CATEGORIA II — egressos de escola pública, desde que carentes – reserva de 20% (vinte por cento) das vagas de cada curso de graduação.

CATEGORIA III — pessoas com deficiência ou indígenas – reserva de 5% (cinco por cento) das vagas de cada curso de graduação.

Na hipótese de restarem vagas não preenchidas, podem ser admitidos, mediante processo seletivo específico, novos alunos via transferência ou obtenção de novo título.

7.3. Regime de Matrícula

A matrícula no curso é feita por disciplinas, à escolha do aluno dentre as oferecidas, subordinada a um sistema de pré-requisitos e observada a compatibilidade de horários, permitindo ao aluno a flexibilização do currículo e maior poder de decisão sobre a sua formação acadêmica.

Sua renovação deve ser feita semestralmente, nos prazos estabelecidos no Calendário Escolar.

As disciplinas e demais atividades do curso apresentam a carga horária organizada dentro do sistema de créditos, em que 18 horas/aula, que correspondem a 15 horas, equivalem a 1 crédito.

De acordo com a Resolução COEPE/UEMG nº 132, de 13 de dezembro de 2013, ao renovar a matrícula o aluno deve observar o limite mínimo de 8 e máximo de 32 créditos a serem cursados no semestre.

8. COMPOSIÇÃO CURRICULAR

8.1. Conteúdos Curriculares Obrigatórios (OBR)

Núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social: compreende um conjunto de fundamentos teóricos metodológicos e ético-político para conhecer o ser social, enquanto totalidade histórica, fornecendo os componentes fundamentais para a compreensão da sociedade burguesa, em seu movimento contraditório.

Núcleo Fundamentos Teóricos Metodológicos da Vida Social		
Disciplinas	Período	Carga Horária
Sociologia	1º	72
Educação para Diversidades e Meio Ambiente	3º	72
Filosofia	1º	72
Psicologia	2º	72
Antropologia	3º	72

Família e Rede Socioassistencial	4º	54
Análise Institucional	4º	72
Direitos Humanos e Legislação Social	7º	72

Núcleo de fundamentos da particularidade da formação sócio-histórica da sociedade brasileira: atividades relacionadas ao campo de saber que permitem a compreensão da constituição econômica, social e política e cultural da sociedade brasileira, tendo por eixo a constituição do modo capitalista no Brasil, a conformação do Estado Brasileiro, a formação e dinâmica das classes sociais no Brasil e o significado e o caráter contraditório do Serviço Social.

Núcleo Fundamentos da Formação Sócio Histórica da Sociedade Brasileira		
Disciplinas	Período	C. Horária
Formação Sócia Hist. do Brasil	1º	72
Política de Proteção Social: Seguridade Social	7º	72
Política de Proteção Social: Saúde	5º	90
Política de Proteção Social: Assistência Social	6º	90
Questão Social e Capitalismo I	2º	72
Questão Social e Capitalismo II	3º	72
Ciência Política I	2º	72
Ciência Política II	3º	72
Economia Política	6º	72

Núcleo de fundamentos do trabalho profissional: compreende os elementos constitutivos do Serviço Social como uma especialização do trabalho; sua trajetória histórica, teórica, metodológica e técnica, os componentes éticos que envolvem o exercício profissional, a pesquisa, o planejamento e a administração em Serviço Social e estágio supervisionado.

Núcleo Fundamentos do Trabalho Profissional		
Disciplinas	Período	Carga Horária
Fundamentos Históricos Teóricos e Metodológicos Serviço Social I	1º	72
Fundamentos Históricos Teóricos e Metodológicos Serviço Social II	2º	72
Fundamentos Históricos Teóricos e Metodológicos Serviço Social III	3º	72
Fundamentos Históricos Teóricos e Metodológicos Serviço Social IV	4º	54
Metodologia Científica	2º	72
Leitura e Produção de Textos	1º	72
Estratégia de Ação Profissional I	4º	54
Estratégia de Ação Profissional II	5º	72

Núcleo Fundamentos do Trabalho Profissional		
Disciplinas	Período	Carga Horária
Ética Profissional em Serviço Social I	4º	72
Ética Profissional em Serviço Social II	8º	72
Gestão Social em Serviço Social na esfera pública e privada	8º	90
Elaboração, Monitoramento e Avaliação de Projetos Sociais	8º	90
Estatística	7º	72
Orientação de Estágio I	5º	54
Orientação de Estágio II	6º	54
Orientação de Estágio III	7º	54
Estágio Supervisionado I	5º	144
Estágio Supervisionado II	6º	144
Estágio Supervisionado III	7º	144
Estágio Supervisionado IV	8º	108
Pesquisa em Serviço Social I	5º	72
Pesquisa em Serviço Social II	6º	72
TCC I	7º	36
TCC II	8º	36

8.2. Disciplinas Optativas (OP) e Eletivas (EL)

Além das disciplinas dos núcleos acima, o curso contempla ainda carga horária para disciplinas optativas e eletivas.

As disciplinas optativas, que permitem aos estudantes realizarem uma preparação diferenciada de acordo com o interesse de um dado grupo de estudantes, estão alocadas, no currículo do curso no 4º, 5º, 6º e 8º períodos, com a carga horária total de 180 horas, que correspondem a 12 créditos.

Para fins de enriquecimento cultural e/ou atualização de conhecimentos que complementem a formação acadêmica, o aluno deve cursar disciplinas eletivas, correspondentes a um total de 180 horas, que correspondem a um total de 12 créditos, em qualquer outro curso de graduação, desde que não estejam contempladas no currículo do curso.

Embora a carga horária das optativas esteja alocada em determinados períodos, o aluno poderá cursá-las a qualquer momento, desde que haja disponibilidade de vagas e dentro do limite de créditos para matrícula, conforme disposto na Resolução COEPE/UEMG N° 132, de 13 de dezembro de 2013. Da mesma forma, as eletivas podem ser cursadas a qualquer momento, dentro do prazo de integralização do curso.

8.3. Disciplinas semipresenciais

A oferta de disciplinas da matriz curricular do curso pode utilizar a modalidade semipresencial, respeitados os princípios e limites estabelecidos pela Portaria nº 4.059, de 10 de dezembro de 2004.

8.4. Estágio Curricular Supervisionado

O Estágio Curricular Supervisionado do curso de Serviço Social é constituído por atividades práticas e aplicativas do aluno através de sua inserção no espaço sócio institucional sob supervisão direta de profissionais assistentes sociais, tanto nos diferentes espaços quanto por professores do curso. São atividades obrigatórias para a integralização do curso com o objetivo de capacitar o aluno ao exercício profissional. É considerado um momento privilegiado de formação profissional, para conhecimento das manifestações da questão social e da problematização teórico-metodológica na instituição onde está sendo desenvolvido o estágio.

Os objetivos do estágio são:

- Propiciar ao aluno subsídios para a vivenciar da realidade institucional;
- Compreender a inter-relação entre teoria e prática.

O Estágio Curricular Supervisionado em Serviço Social é obrigatório e segue as normas da UEMG e as legislações vigentes que regem a categoria, a saber: a Lei de n. 11.788, de 25 de setembro de 2008 e a Resolução n. 533 de 19 de setembro de 2008 do Conselho Federal de Serviço Social sobre Supervisão Direta de Estágios em Serviço Social, a Lei n. 8662/93 – Lei de Regulamentação da Profissão – e o Código de Ética do Profissional (1993).

O Estágio é coordenado pelo profissional assistente social, denominado pela instituição de coordenador de estágio. A Universidade realizará o convênio de cooperação interinstitucional com os campos de estágio para garantir a sua realização. No início de cada semestre, o coordenador de estágio informa os locais credenciados ao CRESS/6ª Região, conveniados para este fim.

Procede-se a divisão das turmas em grupos de no máximo 12 (doze) alunos orientados por um professor da disciplina Orientação de Estágio I, II e III.

O credenciamento dos locais de estágio segue os seguintes critérios:

- Possuir as condições necessárias para que o posterior exercício profissional seja desempenhado com qualidade e competência técnica e ética e que as atividades desenvolvidas no campo de estágio correspondam às atribuições e competências específicas previstas nos artigos 4º e 5º da Lei n. 8662/1993.” (CFESS Res. 533/2008).
- Profissional Assistente Social no quadro de funcionários devidamente inscrito no CRESS/6ª Região, para desenvolver atividades de supervisão de campo;
- Assinatura do "Termo de Compromisso" comprometendo-se a cumprir as orientações de estágio do curso.

Ao Assistente Social, supervisor de campo, compete:

- Apresentar projeto com sua proposta de trabalho;
- Construir o plano de estágio com o supervisor acadêmico e com o estagiário no início do semestre letivo;
- Acompanhar, orientar e avaliar o estudante no campo de estágio, de acordo com o plano de estágio previamente construído;
- De acordo com a resolução do CFESS o limite máximo: 1 (um) estagiário para cada 10 (dez) horas de trabalho semanais do supervisor de campo.

Ao orientador acadêmico, professor da disciplina Orientação de Estágio, compete:

- Construir o plano de estágio junto com o supervisor de campo e o estagiário no início de cada semestre letivo, estabelecendo inclusive o cronograma de supervisão presencial;
- Assegurar que o aluno inicie seu estágio somente após a efetivação da matrícula e a inclusão na apólice de seguro;
- Orientar o estagiário e avaliar seu aprendizado e atribuir-lhe o conceito final;
- Realizar reuniões de estudos e orientação com os supervisores de campo.

O Estágio Curricular Supervisionado em Serviço Social com uma carga horária total de 450 (quatrocentas e cinquenta) horas, correspondentes a 30 (trinta) créditos inicia-se no 5º período do curso, sendo que as disciplinas: Orientação de Estágio I, II, III e IV com a carga horária de 45/horas semestrais, respectivamente, correspondem a 180 horas/12(doze) créditos.

8.5. Atividades Complementares

As atividades complementares estão organizadas para responder às recomendações da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), a regulamentação da UEMG e do colegiado de curso.

O curso de Serviço Social apresenta em sua matriz curricular a obrigatoriedade de desenvolvimento de 195 horas de atividades complementares, um total de 13 créditos, que contempla o tripé: ensino, pesquisa e extensão.

As atividades serão integralizadas quando realizadas após o ingresso do aluno no curso, mediante autorização prévia da coordenação do curso e comprovada por meio de certificados, declarações e diplomas pelo aluno.

As atividades acadêmicas do calendário acadêmico organizadas pela instituição ou fora dela são incentivadas pelos professores, pela coordenação do curso e pela própria instituição e pelos órgãos de representação da categoria profissional como a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e o Conselho Regional de Serviço Social (CRESS).

8.6. Trabalho de Conclusão de Curso

O TCC está previsto na Resolução CNE/CES nº 15 de 13 de março de 2002. Deve ser entendido como um momento de síntese e expressão da totalidade da formação profissional do aluno. É o trabalho no qual o aluno sistematiza o conhecimento resultante de um processo investigativo, originário de uma indagação teórica, preferencialmente gerada a partir da prática do estágio no decorrer do curso.

Realiza-se dentro de padrões e exigências metodológicas e acadêmico-científicas. O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) constitui a produção de um artigo científico realizado a partir de uma pesquisa de campo ou relato de experiência acadêmica/profissional, elaborado sob a orientação do professor da disciplina denominada TCC, produzido individualmente ou em dupla. A disciplina ofertada no 7º e 8º períodos e desenvolvida em grupos de **no máximo 10** (dez) alunos orientados por um professor.

O trabalho final é apresentado, publicamente, a uma banca examinadora, da qual fazem parte o professor-orientador e dois outros professores e/ou profissionais com conhecimento e experiência na temática tratada, convidados pelo corpo docente do curso.

O Trabalho de Conclusão de Curso terá que ser encerrado no último período de integralização do percurso formativo previsto para o aluno, sendo que o total de matrícula nesse período não poderá ser maior que 32 créditos, incluindo o TCC.

8.7. Articulação Teórico-prática

A relação teoria e prática pode ser entendida como eixo articulador da produção do conhecimento, servindo para o aluno vislumbrar possibilidades futuras de inserção no mercado de trabalho bem como potencializando seu aprendizado.

Abandona-se aqui a ideia de que primeiro o aluno precisa dominar a teoria para depois entender a prática e a realidade. Busca-se a construção do conhecimento de forma ampla, muitas vezes integrando, numa mesma situação teoria e prática. Além disto, sustenta-se a ideia de que relacionar teoria e prática não consiste em atividade exclusiva de sala de aula, devendo-se proporcionar ao aluno, desde o primeiro período, atividades incluídas na carga horária das disciplinas, que compõem a grade curricular bem como atividades complementares que contribuam indiretamente a compreensão do Curso e de sua contribuição na sociedade como um todo.

Desta forma, além das atividades complementares, as atividades práticas definidas na matriz curricular são visitas institucional em programas, projetos e serviço dentre outros que servem para atingir a desejada capacidade de relacionar teoria e prática.

As atividades práticas estão previstas nos planos de ensino das disciplinas e são acompanhadas e organizadas pelo professor da disciplina nas áreas de atuação do Serviço Social.

8.8. Atendimento aos requisitos legais e normativos

Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras: a disciplina Libras é oferecida como optativa.

Resolução CNE/CP nº 2, de 15 de junho de 2012. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental: a disciplina Educação para Diversidade e Meio Ambiente é obrigatória; a disciplina Questão Ambiental e Serviço Social é oferecida como optativa.

Resolução CNE/CP nº 1, de 30 de maio de 2012. Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos: a disciplina Direitos Humanos e Legislação Social é obrigatória; a disciplina Serviço Social, Legislação e Direitos Especiais é oferecida como optativa.

Resolução CNE/CES nº 2 de 18 de junho de 2007. Dispõe sobre a carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial: a carga horária total do curso é de 3.135 horas distribuídas entre 2.070 horas para conteúdos curriculares obrigatórios e as demais (1075 horas) entre disciplinas eletivas, optativas, Estágio Supervisionado, Atividades Complementares e Trabalho de Conclusão de Curso.

Resolução CNE/CP nº 01 de 17 de junho de 2004. Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira, Africana e Indígena: a disciplina Formação Sócio Histórica do Brasil é obrigatória; a disciplina Cultura, Religião e Diversidade Étnica no Brasil é oferecida como optativa.

8. 9. Estrutura curricular

Nº	1º Período - Disciplinas	Tipo	Carga Horária Semanal (h/a)			Carga Horária Total (h/a)	Carga Horária Total (horas)	Crédito	Pré-requisito
			Teórica	Prática	Total				
1	Filosofia	OBR	4	0	4	72	60	4	
2	Formação Sócio-histórica do Brasil	OBR	4	0	4	72	60	4	
3	Fundamentos Históricos, Teóricos e Metodológicos do Serviço Social I	OBR	4	0	4	72	60	4	
4	Leitura e Produção de Textos	OBR	4	0	4	72	60	4	
5	Sociologia	OBR	4	0	4	72	60	4	
TOTAL			20	0	20	360	300	20	

Nº	2º Período - Disciplinas	Tipo	Carga Horária Semanal (h/a)			Carga Horária Total (h/a)	Carga Horária Total (horas)	Crédito	Pré-requisito
			Teórica	Prática	Total				
6	Ciência Política I	OBR	4		4	72	60	4	
7	Fundamentos Históricos, Teóricos e Metodológicos do Serviço Social II	OBR	4		4	72	60	4	Fundamentos Históricos, Teóricos e Metodológicos do Serviço Social I
8	Metodologia Científica	OBR	4		4	72	60	4	
9	Psicologia	OBR	4		4	72	60	4	
10	Questão Social e Capitalismo I	OBR	4		4	72	60	4	
TOTAL			20	0	20	360	300	20	

Nº	3º Período - Disciplinas	Tipo	Carga Horária Semanal (h/a)			Carga Horária Total (h/a)	Carga Horária Total (horas)	Crédito	Pré-requisito
			Teórica	Prática	Total				
11	Antropologia	OBR	4		4	72	60	4	
12	Ciência Política II	OBR	4		4	72	60	4	
13	Educação para Diversidade e Meio Ambiente	OBR	4		4	72	60	4	
14	Fundamentos Históricos, Teóricos e Metodológicos do Serviço Social III	OBR	4		4	72	60	4	Fundamentos Históricos, Teóricos e Metodológicos do Serviço Social II
15	Questão Social e Capitalismo II	OBR	4		4	72	60	4	
16	Atividades Complementares						90	6	
TOTAL			20	0	20	360	390	26	

Nº	4º Período – Disciplinas	Tipo	Carga Horária Semanal (h/a)			Carga Horária Total (h/a)	Carga Horária Total (horas)	Crédito	Pré-requisito
			Teórica	Prática	Total				
17	Análise Institucional	OBR	3	1	4	72	60	4	
18	Estratégia de Ação Profissional I	OBR	2	1	3	54	45	3	
19	Ética Profissional em Serviço Social I	OBR	4		4	72	60	4	
20	Família e Rede Socioassistencial	OBR	2	1	3	54	45	3	
21	Fundamentos Históricos, Teóricos e Metodológicos do Serviço Social IV	OBR	3		3	54	45	3	Fundamentos Históricos, Teóricos e Metodológicos do Serviço Social III
22	Optativa I	OP	3		3	54	45	3	
23	Atividades Complementares						105	7	
TOTAL			17	3	20	360	405	27	

Nº	5º Período – Disciplinas	Tipo	Carga Horária Semanal (h/a)			Carga Horária Total (h/a)	Carga Horária Total (horas)	Crédito	Pré-requisito
			Teórica	Prática	Total				
24	Eletiva I	EL	3		3	54	45	3	
25	Estratégia de Ação Profissional II	OBR	2	2	4	72	60	4	Estratégia de Ação Profissional I
26	Optativa II	OP	3		3	54	45	3	
27	Orientação de Estágio I	OBR	3		3	54	45	3	
28	Pesquisa em Serviço Social I	OBR	3	1	4	72	60	4	
29	Política de Seguridade Social: Saúde	OBR	3	2	5	90	75	5	
SUB-TOTAL			17	5	22	396	330	22	
30	Estágio Supervisionado I						120	8	
TOTAL			17	5	22	396	450	30	

Nº	6º Período - Disciplinas	Tipo	Carga Horária Semanal (h/a)			Carga Horária Total (h/a)	Carga Horária Total (horas)	Crédito	Pré-requisito
			Teórica	Prática	Total				
31	Economia Política	OBR	4		4	72	60	4	
32	Eletiva II	EL	3		3	54	45	3	
33	Optativa III	OBR	3		3	54	45	3	
34	Orientação de Estágio II	OBR	3		3	54	45	3	Orientação de Estágio I
35	Pesquisa em Serviço Social II	OBR	3	1	4	72	60	4	
36	Política de Seguridade Social: Assistência Social	OBR	3	2	5	90	75	5	
SUB-TOTAL			19	3	22	396	330	22	
37	Estágio Supervisionado II						120	8	Estágio Supervisionado I
TOTAL			19	3	22	396	450	30	

Nº	7º Período – Disciplinas	Tipo	Carga Horária Semanal (h/a)			Carga Horária Total (h/a)	Carga Horária Total (horas)	Crédito	Pré-requisito
			Teórica	Prática	Total				
38	Direitos Humanos e Legislação Social	OBR	4		4	72	60	4	
39	Eletiva III	EL	3		3	54	45	3	
40	Estatística	OBR	4		4	72	60	4	
41	Orientação de Estágio III	OBR	3		3	54	45	3	Orientação de Estágio II
42	Política de Seguridade Social: Previdência Social	OBR	3	1	4	72	60	4	
43	Trabalho de Conclusão de Curso I	OBR	1	1	2	36	30	2	
	SUB-TOTAL		18	2	20	360	300	20	
44	Estágio Supervisionado III						120	8	Estágio Supervisionado II
	TOTAL		18	2	20	360	420	28	

Nº	8º Período – Disciplinas	Tipo	Carga Horária Semanal (h/a)			Carga Horária Total (h/a)	Carga Horária Total (horas)	Crédito	Pré-requisito
			Teórica	Prática	Total				
45	Elaboração, Monitoramento e Avaliação de Projetos Sociais	OBR	3	2	5	90	75	5	
46	Ética Profissional em Serviço Social II	OBR	4		4	72	60	4	
47	Gestão Social em Serviço Social na esfera pública e privada.	OBR	3	2	5	90	75	5	
48	Optativa IV	OBR	3		3	54	45	3	
49	Trabalho de Conclusão de Curso II	OBR	1	1	2	36	30	2	Trabalho de Conclusão de Curso I
50	Eletiva IV	EL	3		3	54	45	3	
	TOTAL		17	5	22	396	330	22	
51	Estágio Supervisionado IV						90	6	Estágio Supervisionado III
	TOTAL		17	5	22	396	420	28	

DISCIPLINAS OPTATIVAS	Carga horária (hora/aula)	Carga horária (horas)	Créditos
Classes Sociais e Movimentos Sociais	54	45	3
Comunicação Verbal e Expressão Corporal	54	45	3
Cultura, Religião e Diversidade Étnica no Brasil	54	45	3
Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS)	54	45	3
Oficina de Instrumentalidade Profissional	54	45	3
Oficina de Serviço Social	54	45	3
Política Social - Sistema de Proteção Social à Velhice	54	45	3
Questão Ambiental e Serviço Social	54	45	3
Questão Social e Violência	54	45	3
Relações de Gênero e Serviço Social	54	45	3

DISCIPLINAS OPTATIVAS	Carga horária (hora/aula)	Carga horária (horas)	Créditos
Saúde Mental e Serviço Social	54	45	3
Serviço Social, Legislação e Direitos Especiais	54	45	3
Sistema de Proteção Social para a Infância e Adolescência	54	45	3

DIMENSÃO DAS TURMAS	Nº de alunos
Trabalho de Conclusão de Curso	10
Orientação de Estágio Supervisionado	12

DISTRIBUIÇÃO DA CARGA HORÁRIA	Carga Horária Total (horas)	Crédito
Conteúdos curriculares obrigatórios	2070	138
Eletivas	180	12
Optativas	180	12
Estágio Supervisionado	450	30
Atividades Complementares	195	13
Trabalho de Conclusão de Curso	60	4
TOTAL	3135	209

INDICADORES FIXOS
REGIME: Semestral
Nº DE VAGAS ANUAIS: 40
TURNO: Noturno
TOTAL DE SEMANAS LETIVAS POR SEMESTRE: 18
TOTAL DE DIAS LETIVOS POR SEMESTRE: 100 dias
TOTAL DE DIAS LETIVOS POR SEMANA: 6 dias
CARGA HORÁRIA SEMANAL: MÁXIMO - 25 horas

Ementário e bibliografia

1º PERÍODO

FILOSOFIA

EMENTA:

O nascimento do método e a natureza do saber filosófico. As principais correntes filosóficas e suas influências no Serviço Social. Desafios contemporâneos: a relação entre ética, política, economia e a intervenção do assistente social

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

GILES, T. R. *História do existencialismo e da fenomenologia*. São Paulo: EPU/EDUSP, 1975.

MARCONDES, Danilo. *Testos Básicos de Filosofia dos Pré-socráticos a Wittgenstein*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

STEGMULLER, W. *A filosofia contemporânea*. São Paulo: EPU/EDUSP, 1977.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

VASQUEZ, A. S. *Filosofia da práxis*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968.

ARANHA, M. L. A; MARTINS, M. H. P. *Filosofando: Introdução à Filosofia*. São Paulo: Ed. Moderna, 1986.

BERMAN, M. *Tudo que é Sólido Desmancha no Ar: a aventura da modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

TOURAINE, Alain. *Crítica da Modernidade*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes: 1994.

VASQUEZ, A. S. *Filosofia da Práxis*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968.

FORMAÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA DO BRASIL

EMENTA

Análise do processo histórico brasileiro em suas dimensões socioeconômica, política e cultural, desde o período colonial até a contemporaneidade. A constituição do Estado e da sociedade civil a partir da herança colonial: República Velha, Estado Novo, processos de industrialização, urbanização, desenvolvimento e o nacionalismo. A questão social vista sob o ângulo do processo sócio-histórico brasileiro. Exercícios de investigação da questão social nos diversos momentos históricos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

IGLÉSIAS, Francisco. *Trajetória Política no Brasil*. 16ed. 7.reimp. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

MOTA, Carlos Guilherme (org). *Brasil em Perspectiva*. 14.ed. São Paulo: DIFEL, 1984.

RODRIGUES, Marly. *A Década de 80: Brasil - quando a multidão voltou às praças*. São Paulo: Ática, 1999.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de. WEIS, Luiz. *Carro-zero e pau de arara: o cotidiano da oposição de classe média ao regime militar*. In: SCHWARCZ, Lília M. (org). *História da vida privada no Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras, 1998. V.4. P.319-409.

ANASTASIA, Carla Maria Junho. Corporativismo e cálculo político. *Novos Rumos*, 22 (1994): p.46-61.

BOSI, Alfredo. *Dialética da Colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

OLIVEIRA, Francisco. *A Economia Brasileira: Críticas a Razão Dualista*. Rio de Janeiro: Vozes, 1972.

PRADO, Caio Jr. *Evolução Política do Brasil e outros estudos*. São Paulo: Brasiliense:1982.

FUNDAMENTOS HISTÓRICOS, TEÓRICOS E METODOLÓGICOS DO SERVIÇO SOCIAL I

EMENTA:

Considerações sobre o processo sócio-histórico de profissionalização do serviço social e sua articulação com a monopolização do capital e com a especialização do trabalho. A relação do serviço social com a questão social e sua contextualização sócio-histórica. O projeto de formação profissional em serviço social e sua direção social historicamente construída. O serviço social na contemporaneidade e o mercado de trabalho. Considerações sobre a organização profissional e estudantil, o mercado de trabalho e a realidade profissional.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CASTRO, Manuel M. de. *História do Serviço Social na América Latina*. São Paulo:Cortez, 1989.

GRESS/MG. *Assistente Social: Ética e Direitos*. Coletânea de Leis e Resoluções. BeloHorizonte: GRESS/MG, 2002.

IAMAMOTTO, Marilda Villela e CARVALHO, Raul de. *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil. Esboço de uma interpretação teórico-metodológica*. São Paulo: Cortez, Lima, Peru, CELATS, 1982.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

IAMAMOTO, Marilda Villela. *Renovação e conservadorismo no Serviço Social*. SãoPaulo: Cortez, 3ª ed. 1995.

MARTINELLI, M. L. *Serviço Social: identidade e alienação*. São Paulo: Cortez, 2000.

IAMAMOTO, Marilda Villela. *A Questão Social no Capitalismo*. IN: *Temporalis*.

Associação Brasileira de Ensino Pesquisa em Serviço Social. Ano 2, nº 3. Brasília:ABEPSS, Grafline, 2001.

_____. *Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. São Paulo: Cortez, 2005.

LEITURA E PRODUÇÃO DE TEXTOS

EMENTA

Escrita, leitura, análise e interpretação de textos com enfoque no Serviço Social, aplicados a diversas linguagens verbais e não verbais, possibilitando ao estudante comunicar-se eficientemente nas formas escrita e oral. Os instrumentos de trabalho do estudante, a leitura e produção de textos acadêmicos: resumo, a resenha e a síntese pessoal. As análises textual, temática e interpretativa de textos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

FREIRE, Paulo. *A importância do ato de Ler: em três artigos que se completam*. São Paulo: Cortez, 1985.

VANOYE, Francis. Usos da linguagem: problemas e técnicas na produção oral e escrita. São Paulo: Martins Fontes, 1987.

FERREIRO, Emília e PALÁCIO, Margarida Gomes. Os processos de leitura e escrita: novas perspectivas. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

FARACO, Carlos Alberto; TEZZA, Cristóvão. Prática de Texto: para estudantes universitários. 10.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

FIORIN, José Luiz. SAVIOLI, Francisco Platão. Para entender o texto: leitura e redação. São Paulo: Ática, 1994.

_____. Lições de texto: leitura e redação. São Paulo: Ática, 1996.

FRANÇA, Júnia Lessa (org.). Manual para normalização de publicações técnico-científicas. 4.ed.rev. e aum. – Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

FLÔRES, Lúcia Locatelli. Redação: o texto técnico/científico e o texto literário, dissertação, descrição, narração, resumo, relatório. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1994.

SOCIOLOGIA

EMENTA:

Sociologia como ciência, a emergência da sociedade burguesa e a constituição do ser social. Estudo do contexto histórico do surgimento do pensamento científico na análise e explicação da sociedade humana. As correntes clássicas da teoria sociológica e seus desdobramentos. Abordagem sociológica de temas da sociedade contemporânea em especial do Brasil.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ARON, Raymond. *As etapas do pensamento sociológico*. 5.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

DURKHEIM, David Émile. *As regras do método sociológico*. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

LÖWY, Michael. *Ideologias e ciência social: elementos para uma análise marxista*. 11.ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ALTHUSSER, Louis *et al* . *Dialética e ciências sociais*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967. 150p. (Textos Básicos de ciências sociais)

ARGYLE, Michael . *Interação social: relações inter-pessoais e comportamento social*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976. 571 p.

BERGER, Peter L. *Perspectivas sociológicas: uma visão humanística*. Petrópolis: Vozes, 1986.

COHN, Gabriel. *Crítica e resignação: Max Weber e a teoria social*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

GIDDENS, Anthony. *As consequências da modernidade*. São Paulo: UNESP, 1991.

2º PERÍODO

CIÊNCIA POLÍTICA I

EMENTA:

A formação do Estado Moderno e da Sociedade Civil. As principais tradições intelectuais e suas interpretações sobre o Estado e a Sociedade Civil. Análise crítica de textos originais da Teoria Política Clássica. A relação entre o público e o privado.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

GIDDENS, Anthony. *Política, sociologia e teoria social: encontros com o pensamento social clássico e contemporâneo*. São Paulo: UNESP, 1998.

SADER, Emir (Org.). *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

WEFFORT, Francisco C. (Org.). *Os clássicos da política: Maquiavel, Hobbes, Loocke, Montesquieu, Rousseau, o Federalista*. São Paulo: Ática, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ARRETCHE, Marta . *Estado federativo e políticas sociais: determinantes da descentralização*. São Paulo: FAPESP; Rio de Janeiro: Revan, 2000. 302 p. ISBN: 8571061947.

CAMAROTTI, Ilka. *Parcerias e pobreza: soluções locais na implementação de políticas sociais*. Rio de Janeiro: FGV, 2000. 152 p. (Coleção FGV Prática) ISBN: 8522503001.

FALEIROS, Vicente de Paula. *Que é política social*. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1991. 83 p. (Coleção Primeiros Passos v.168) ISBN: 8511011684.

MERQUIOR, José Guilherme. *O liberalismo antigo e moderno*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1991.

SADER, Emir. *A transição no Brasil: da ditadura a democracia?* 8. ed. São Paulo: Atual, 1995. 92 p. (História Viva)

FUNDAMENTOS HISTÓRICOS, TEÓRICOS E METODOLÓGICOS DO SERVIÇO SOCIAL II

EMENTA:

A origem do Serviço Social na Europa, Estados Unidos e na América Latina, particularmente no Brasil, no contexto do final do século XIX e início do século XX. O Serviço Social no Brasil e as influências da Doutrina Social da Igreja e do Tomismo, na formação dos primeiros assistentes sociais. Os primeiros suportes teórico-metodológicos do conhecimento e da ação do Serviço Social brasileiro - positivismo e funcionalismo - na formulação dos instrumentais e objetos de trabalho profissional. As elaborações do Serviço Social norte-americano, latino-americano e brasileiro. Questão social e seu enfrentamento nos anos 30-50. O Serviço Social nas abordagens individuais, grupais e comunitárias. A organização do trabalho profissional e a intervenção na realidade a partir das tendências indicadas: pressupostos metodológicos até os anos 50.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CASTRO, Manuel Manrique. *História do Serviço Social na América Latina*. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2003. (3ex) 361.309 / C355h

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul de. *Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica*. 17.ed. São Paulo: Cortez, 2005. (3ex) 361.981/ I11r
 MARTINELLI, Maria Lúcia. *Serviço Social: identidade e alienação*. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2007. (4ex) 361.3 / M385s

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

HAMILTON, G. *Teoria e prática ao Serviço Social de casos*. Rio de Janeiro: Agir, 1986.
 IAMAMOTO, Marilda Villela. *Renovação e conservadorismo no Serviço Social: ensaios críticos*. São Paulo: Cortez, 1990.
 _____. *O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. São Paulo: Cortez, 1998.
 LIMA, A. A. *Serviço Social no Brasil: a ideologia de uma década*. São Paulo: Cortez, 1987.
 NETTO, J. P. *Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil Pós-64*. 11.ed. São Paulo: Cortez, 2007.

METODOLOGIA CIENTÍFICA

EMENTA:

As diversas formas de conhecimento da realidade: científico, religioso, filosófico e o senso comum. As particularidades do conhecimento científico. Ciência e tecnologia. Conhecimento e método nas ciências sociais. A relação entre teoria, método, técnica e instrumentos. Formas de produção, organização e exposição do trabalho científico. Normas técnicas da ABNT.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

KOCHE, José Carlos. *Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e prática da pesquisa*. Petrópolis, Vozes, 1997.
 LAVILLE, Cristian; DIONNE, Jean. *A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas*. Porto Alegre: Artes Médicas; Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008.
 SEVERINO, Antônio Joaquim. *Metodologia do trabalho científico*. São Paulo: Cortez, 2000.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ASTI VERA, Armando. *Metodologia da pesquisa científica*. Porto Alegre: Globo, 1976. 223p.
 BARROS, Aidil Jesus Paes de; LEHFELD, Neide Aparecida de Souza. *Fundamentos de Metodologia: um guia para iniciação científica*. São Paulo: McGraw-Hill, 1986.
 CARVALHO, Alex Moreira *et al* . *Aprendendo metodologia científica: uma orientação para os alunos de graduação*. 3. ed. São Paulo: O Nome da Rosa, 2002. 125 p.
 FRANÇA, Júnia Lessa ; VASCONCELLOS, Ana Cristina de . *Manual para normalização de publicações técnico-científica*. 8. ed. rev. amp. Belo Horizonte: UFMG, 2007. 255 p.
 GLEISER, Marcelo. *A dança do universo: dos mitos de criação ao Big Bang*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

PSICOLOGIA

EMENTA:

A constituição das principais correntes teóricas de análise da relação indivíduo-sociedade. A contribuição para uma nova compreensão do indivíduo na sociedade capitalista e o debate sobre a subjetividade. Os debates contemporâneos sobre o indivíduo, a sociedade, a subjetividade e as instituições.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BAREMBLITT, Gregório. *Compêndio de análise institucional e outras correntes: teoria e prática*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2002.

BOCK, Ana Mercês. Bahia; GONÇALVES, Maria da Graça M. FURTADO, Odair (Org.). *Psicologia sócio-histórica: uma perspectiva crítica em psicologia*. São Paulo: Cortez, 2001.

LANE, Sílvia T. M ; CODO, Wanderlei. *Psicologia social: o homem em movimento*. 13. ed. São Paulo: Brasiliense, 2001.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BARUS-MICHEL, Jacqueline. *O sujeito social*. Belo Horizonte: Ed. PUC-Minas, 2004.

BOCK, Ana Mercês Bahia; FURTADO, Odair; TEIXEIRA, Maria de Lourdes Trassi. *Psicologias: uma introdução ao estudo de psicologia*. São Paulo: Saraiva 1999.

BONFIM, Elizabeth de Melo; MATA MACHADO, Marília Novais. *Em torno da social*. Belo Horizonte: Publicação Autônoma, 1987.

CARPIGANI, B. *Psicologia: das raízes aos movimentos contemporâneos*. São Paulo: Pioneira, 2000.

MAYERS, D. *Introdução à psicologia geral*. 5. ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1999.

QUESTÃO SOCIAL E CAPITALISMO I

EMENTA

A questão social no Brasil e a arquitetura institucional de seu enfrentamento. O significado contemporâneo da questão social e suas expressões. A constituição de novos sujeitos políticos e a luta de classes ao longo dos principais processos sócio-históricos: o autoritarismo e o neoliberalismo.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CASTEL, Robert. *As Metamorfoses da Questão Social: Uma Crônica do Salário*. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

IAMAMOTO, Marilda Villela. *O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. São Paulo: Cortez, 1998.

KLISBERG, Bernardo. *Falácias e Mitos do Desenvolvimento Social*. São Paulo: Cortez, 2001.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

KLISBERG, Bernardo. *Pobreza, uma questão inadiável*. Brasília: Enap, 1994.

NETTO, José Paulo. Cinco Notas a Propósito da Questão Social. In: *Revista Temporalis*, no. 3.

PASTORINI, Alejandra. *A Categoria “questão Social” em debate*. 2.ed. São Paulo, Cortez, 2007. (Coleção questões da nossa época).

D’ARAÚJO, Maria Celina e Gláucio Ary Dillon Soares. *21 Anos de regime Militar. Balanços e Perspectivas*, Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1994.

SADER, Emir (org.). *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

3º PERÍODO**ANTROPOLOGIA****EMENTA:**

A constituição da Antropologia como campo científico e a emergência de algumas de suas principais variantes: a antropologia urbana e antropologia cultural. A relação entre o indivíduo e a sociedade para a antropologia. Antropologia cultural e formas de comunicação e linguagem. A contribuição da antropologia para os estudos do imaginário, das representações sociais e expressões culturais dos diferentes segmentos sociais da realidade brasileira. A particularidade dos estudos etnográficos e sua contribuição para o campo da pesquisa social. Análises e contribuições da antropologia para a compreensão da cultura brasileira. Identidade e diferença na perspectiva dos estudos culturais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

GEERTZ, Clifford. *A Interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2001.
LAPLANTINE, François. *Aprender antropologia*. São Paulo: Brasiliense, 2002.
LARAIA, Roque de Barros. *Cultura: um conceito antropológico*. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ARDUINI, Juvenal . *Antropologia: ousar para reinventar a humanidade*. São Paulo: Paulus, 2002. 171 p.
BEATTIE, John. *Introdução à antropologia social: objetivos, métodos e realizações*. 3.ed. São Paulo: Nacional, 1980. 334 p.
CHAUI, Marilena. *Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas*. 3.ed. São Paulo: Moderna, 1984. 220 p.
GUIMARÃES, Alba Zaluar (Org.). *Desvendando máscaras sociais*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1980. 263 p.
HELLER, Agnes (Org.) et al. *A crise dos paradigmas em ciências sociais e os desafios para o século XXI*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1999.
HALL, Stuart. *Identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

CIÊNCIA POLÍTICA II**EMENTA:**

Os processos históricos de constituição e desenvolvimento do “Welfare State” na Europa e os distintos padrões de Estado de Bem Estar. O “sistema brasileiro de proteção social”, a partir de 1930. O Estado de Bem Estar no Brasil. As políticas sociais como estratégias de enfrentamento da questão social. O papel dos sujeitos políticos na formulação e gestão das políticas sociais públicas e privadas. A gestão dos fundos públicos: o papel do Estado e a relação entre o público e o privado na trajetória das políticas sociais brasileiras. História e arquitetura institucional das políticas sociais no Brasil.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

REZENDE, Ilma; CAVALCANTI, Ludmila Fontenele (Org.) *Serviço Social e políticas sociais*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2006. 180 p. (Série Didáticos) ISBN: 8571083096
SADER, Emir ; GENTILI, Pablo (Org.) *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. 8. ed. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 2008. 205p

SPOSATI, Aldaiza de Oliveira. *Assistência na trajetória das políticas sociais brasileiras: uma questão em análise*. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2003. 112 p. ISBN: 8524900334.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ABRANCHES, Sérgio. H. *et al. Política social e combate à pobreza*. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

BOSCHETTI, Ivanete . BEHRING, Elaine. *Política social: fundamentos e história*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

FALEIROS, Vicente de Paula. *O que é política social?* 5.ed. São Paulo: Brasiliense, 1991.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e ; YAZBEK, Maria Carmelita ; GIOVANNI, Geraldo di *A política social brasileira no século XXI: a prevalência dos programas de transferência de renda /*. São Paulo: Cortez, 2004. 223 p. ISBN: 8524910860.

REZENDE, Ilma; CAVALCANTI, Ludmila Fontenele (Org.) *Serviço Social e políticas sociais*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2006. 180 p. (Série Didáticos) ISBN: 8571083096

EDUCAÇÃO PARA DIVERSIDADE E MEIO AMBIENTE

EMENTA:

Educação, diversidade e cultura – diferença e desigualdade. As relações étnico-raciais e a dignidade humana. Direitos humanos e igualdade. Questões ambientais e sustentabilidade.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ARENDT, Hannah. *Entre o passado e o futuro*. São Paulo, SP: Perspectiva, 1978. 255 p.

COSTA, Fernando da Costa. *Homens invisíveis: relatos de uma humilhação social*. São Paulo. SP. Globo.2010

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Direitos humanos, democracia e desenvolvimento*. São Paulo, SP: Cortez Editora, 2013. 133 p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BRASIL. Decreto n. 4281, de 25 de junho de 2002. Regulamenta a lei n. 9795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental. Diário Oficial da União, 28 de abril de 1999.

BRASIL. Lei n. 10639 de 09 de janeiro de 2003. Altera a lei 9394 de 20 de dezembro de 1996 que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira. Diário Oficial da União, 10 de janeiro de 2003.

BRASIL. Lei n. 11645 de 10 de março de 2008. Altera a lei 9394, de 20 de dezembro de 1996 que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática cultural indígena. Diário Oficial da União, 11 de março de 2008.

BRASIL. Resolução n. 1 de 30 de maio de 2012. Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Diário Oficial da União, 31 de maio de 2012.

MOEHELECKE, Sabrina. Ação afirmativa: história e debates no Brasil. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/n117/15559.pdf> Acesso em 10/09/2014.

SILVA, Luís Fernando Martins. Apontamentos sociojurídicos sobre o tema políticas públicas de ação afirmativa para negros no Brasil. *Revista da Associação de Pesquisadores Negros*. v. 1, 2, p. 217-44, 2010.

FUNDAMENTOS HISTÓRICOS, TEÓRICOS E METODOLÓGICOS DO SERVIÇO SOCIAL III

EMENTA:

O Serviço Social brasileiro após a 2ª Guerra Mundial. A modernização do início do século, o nacionalismo em suas diversas vertentes, o desenvolvimento, e o populismo. O Golpe Militar de 1964 e seus desdobramentos para o Serviço Social. A influência norte-americana na constituição do conhecimento e da ação do Serviço Social. O Desenvolvimento de Comunidade no Serviço Social. As principais construções teórico-metodológicas inspiradas na fenomenologia, no existencialismo, na teoria sistêmica e suas expressões na formulação dos instrumentais e objetos de trabalho do Assistente Social. A crítica à herança positivista. As contribuições de Anna Augusta de Almeida e Creuza Capalbo ao debate do Serviço Social e a fenomenologia. O movimento de Reconceituação do Serviço Social.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CASTRO, M.M. História do Serviço Social na América Latina. São Paulo: Cortez, 1989.
 IAMAMOTO, M. V. *Renovação e conservadorismo no Serviço Social: ensaios críticos*. São Paulo: Cortez, 2004.
 PAULO NETTO, José. *Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil Pós-64*. São Paulo: Cortez, 2007.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

AGUIAR, A. G. *Serviço Social e filosofia: das origens a Araxá*. São Paulo: Cortez, 1989.
 CENTRO BRASILEIRO DE COOPERAÇÃO E INTERCÂMBIO DE SERVIÇOS SOCIAIS – CBCISS. *Teorização do Serviço Social*. Rio de Janeiro: Agir, 1986. (Documentos de Araxá)
 SILVA, Maria Ozanira da Silva e. Trinta anos da revista Serviço Social & Sociedade : contribuições para a construção e o desenvolvimento do Serviço Social no Brasil. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo: Cortez, n. 100, p.599-649, out./dez. .2009.
 IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul de. *Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica*. 17.ed. São Paulo: Cortez, 2005.
 MARTINELLI, Maria Lúcia. *Serviço Social: identidade e alienação*. São Paulo: Cortez, 2007.

QUESTÃO SOCIAL E CAPITALISMO II

EMENTA:

A polêmica em torno da crise da sociedade do trabalho: da crise do liberalismo à acumulação flexível. As tradições clássicas da sociedade burguesa e o declínio do modelo centrado no trabalho na organização das estruturas sociais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ANTUNES, R. *Adeus ao trabalho?* ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 1995.
 GORZ, André. *Crítica da divisão do trabalho*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
 OFFE, Claus. *Trabalho e sociedade: problemas estruturais e perspectivas para o futuro da sociedade*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro 1991.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ALBORNO, Suzana. *O que é trabalho*. 6.ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.
 ANTUNES, R. *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho*. São Paulo: Bom Tempo, 2000.

CAMARGO, José Márcio (Org.). *Flexibilidade do mercado de trabalho no Brasil*. Rio de Janeiro: FJP, 1996.

FLEURY, Maria Tereza e FISHER, Rosa Maria (Org.). *Processo e relações do trabalho no Brasil*. São Paulo: Atlas, 1982.

WEIL, Pierre. *Relações humanas na família e no trabalho*. 23. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1969.

4º PERÍODO

ANÁLISE INSTITUCIONAL

EMENTA

A emergência do movimento institucionalista na França. As diversas tendências da análise institucional e as contribuições de M. Foucault, Erving Goffman, G. Lapassade, G. Baremlitt, e F. Guatary. As principais influências no Serviço Social. Estudo das categorias Estado, Instituição e organizações. Instituições como construção social que se fundamenta na correlação de forças. Estudo da prática institucionalizada do Serviço Social. A relação entre saúde mental e trabalho.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BAREMLITT, Gregorio F. *Compêndio de análise institucional e outras correntes: teoria e prática*. 5. ed. Belo Horizonte: Instituto Felix Guattari, 2002. 214 p. (Biblioteca Instituto Félix Guattari v. 2).

FALEIROS, Vicente de Paula. *Estratégias em Serviço Social*. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2006. 207 p. ISBN: 8524906677.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 9. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1990. 295 p. (Biblioteca de Filosofia e História das Ciências).

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

DEMO, Pedro. *Dialética da felicidade: olhar sociológico pós- moderno*. Petrópolis: Vozes, 2002. v. 1. ISBN: 8532625533.

FALEIROS, Vicente de Paula. *Saber profissional e poder institucional*. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2009. 159 p. ISBN: 9788524900495.

FREIRE, Paulo. *Educação e mudança*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

GOFFMAN, Erving. *Manicômios, prisões e conventos*. 7. ed. 3. reimp. São Paulo: Perspectiva, 2007. 312 p (Coleção Debates. Psicologia; 91). ISBN 9788527302029

MAILHIOT, Gérald Bernard. *Dinâmica e gênese dos grupos*. 7.ed. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1991.

SOUZA NETO, João Clemente de; ANDRADE, Márcia Siqueira de (Org.). *Análise institucional: diferentes perspectivas da aprendizagem*. São Paulo: Expressão e Arte, 2007.

ESTRATÉGIA DE AÇÃO PROFISSIONAL I

EMENTA:

Os instrumentais, técnicas e recursos na intervenção profissional do assistente social. Desenvolvimento de habilidades como o relacionamento profissional, que é a base sobre a qual se constrói todo fazer do Serviço Social. A documentação que é um instrumento de fundamental importância para a sistematização de conhecimentos. A observação sistemática, a entrevista, a reunião e a visita domiciliar, elaboração de pareceres e laudos, estudos socioeconômicos e culturais; como técnicas facilitadoras do diálogo assistente social e usuário.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

- GUERRA, I. A. *A instrumentalidade do Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 1995.
- FALEIROS, Vicente de Paula . *Estratégias em Serviço Social*. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2006. 207 p. ISBN: 8524906677.
- MAGALHÃES, Selma Marques. *Avaliação e linguagem: relatórios, laudos e pareceres*. São Paulo: Veras; Lisboa: Centro Português de Investigação em História e Trabalho Social, 2003. 93 p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

- CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. *O Estudo social em perícias, laudos e pareceres técnicos contribuição ao debate no judiciário, penitenciário e na previdência social*. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2006. 96 p. ISBN: 8524909641
- MINAYO, Maria Cecília de Souza ; ASSIS, Simone Gonçalves de ; SOUZA, Edinilsa Ramos de (Org.). *Avaliação por triangulação de métodos: abordagem de programas sociais*. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2008. 244 p. ISBN: 8589697061.
- IAMAMOTO, M. V. *Renovação e conservadorismo no Serviço Social: ensaios críticos*. São Paulo: Cortez, 1992.
- TRINDADE, Rosa Lúcia Prêdes. Desvendando as determinações sócio-históricas do instrumental técnico-operativo do Serviço Social na articulação entre demandas sociais e projetos profissionais. *Temporalis*, Brasília, DF , v.2,n.4,p.21-42, jul/dez.2001.
- KISNERMAN, Natálio. *Temas de Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 1978.

ÉTICA PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL I

EMENTA:

Os fundamentos ontológico-sociais da dimensão ético-moral da vida social e seus rebatimentos na ética profissional. O processo de construção de um ethos profissional, o significado de seus valores e as implicações ético políticas de seu trabalho. O debate teórico-filosófico sobre as questões éticas da atualidade.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

- BONETTI, Dilséa Adeodata *et al.* *Serviço Social e ética: convite a uma nova práxis*. São Paulo: Cortez/CFESS, 2007.
- BARROCO, Maria Lúcia Silva. *Ética e Serviço Social: fundamentos ontológicos*. 5.ed. São Paulo: Cortez, 2007.
- NOVAES, Aduino (Org.). *Ética*. São Paulo: Companhia de Bolso, 2007. 1996.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

- ALBORNO, Suzana. *Ética e utopia*. Porto Alegre: Movimento, 1985.
- CAHUÍ, M.S. *Primeira filosofia: lições introdutórias*. São Paulo: Basiliense.1991.
- GOFFMAN, Erving. *Estigma: notas sobre manipulação de identidade deteriorada*. Rio de Janeiro:Zahar, 1982.
- KISNERMAN, Natálio . *Ética para o Serviço Social*. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1978.
- SÁNCHEZ VASQUEZ, Adolfo. *Ética*. 16. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

FAMÍLIA E REDE SÓCIOASSISTENCIAL

EMENTA:

Configurações que a família contemporânea vêm incorporando como parte integrante da dinâmica da sociedade. A família como questão social no Brasil. As novas demandas e mudanças na organização familiar.. O papel das políticas e das estratégias de enfrentamento dessas questões. Estrutura, dinâmica e papéis da família brasileira. A família na perspectiva de rede social. O trabalho com famílias nas políticas sociais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CARVALHO, Maria do Carmo B. *Família contemporânea em debate*. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2005.

KALOUSTIAN, Sílvio Manoug (Org.). *Família brasileira: a base de tudo*. São Paulo: Cortez, 2000.

STENGEL, Márcia *et al.* *Políticas públicas de apoio sóciofamiliar: curso de capacitação de conselheiros tutelares e municipais*, Belo Horizonte: PUC Minas, 2001.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ACOSTA, Ana Rojas; VITALE, Maria Amália F. (Org.). *Família: redes, laços e políticas públicas*. 4.ed. São Paulo: Cortez, 2008.

FONSECA, Ana Maria Medeiros. *Família e política de renda mínima*. São Paulo: Cortez, 2001.

METODOLOGIA para trabalhar com famílias e comunidades dos núcleos de apoio à família/NAF. Belo Horizonte: SMAS, 2007.

SARTI, Cynthia A. *A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

STENGEL, Márcia *et al.* *Políticas públicas de apoio sociofamiliar: curso de capacitação de conselheiros tutelares e municipais*. Belo Horizonte: Ed. PUC Minas: 2001. 151 p. (Coleção Infância e adolescência)

FAMÍLIAS: parceiras ou usuárias eventuais. análise de serviços de atenção a famílias com dinâmica de violência doméstica contra crianças e adolescentes. Brasília: CLAVES/UNICEF, julho 2004. 204 p. Disponível em: < http://www.unicef.org/brazil/pt/livro._familiaviol.pdf > Acesso em 08 fev. 2011.

FUNDAMENTOS HISTÓRICOS, TEÓRICOS E METODOLÓGICOS DO SERVIÇO SOCIAL IV

EMENTA:

As principais construções teórico-metodológicas do Serviço Social inspiradas na tradição marxista. As elaborações do Serviço Social latino-americano e brasileiro. As contribuições de José Paulo Neto, Vicente Faleiros, Marilda Iamamoto e outros. O Serviço Social e a inspiração nas elaborações gramscianas: determinações para o trabalho institucional articulado aos movimentos populares. A experiência de BH e os trabalhos nas perspectivas da educação popular como elementos de racionalização do trabalho profissional e intervenção na realidade: pressupostos metodológicos. As principais influências no campo do pensamento social e suas expressões na formulação dos instrumentais e objetos de trabalho. Análise das respostas profissionais de enfrentamento da questão social via políticas sociais na esfera pública e privada elaboradas a partir de construções teórico-metodológicas de inspiração marxista.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

FALEIROS, Vicente de Paula . *Estratégias em Serviço Social*. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2006. 207 p. ISBN: 8524906677.

IAMAMOTO, M. V. *O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. São Paulo: Cortez, 2005.

PAULO NETTO, J. *Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil Pós-64*. São Paulo: Cortez, 2007.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CASTRO, M.M. *História do Serviço Social na América Latina*. São Paulo: Cortez, 1989.

FALEIROS, Vicente de Paula . *Saber profissional e poder institucional*. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2009. 159 p. ISBN: 9788524900495.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul de. *Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica*. 17.ed. São Paulo: Cortez, 2005.

MARTINELLI, Maria Lúcia. *Serviço Social: identidade e alienação*. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, Maria Ozanira Silva e. *O Serviço Social e o popular: resgate teórico-metodológico do projeto profissional de ruptura*. 4.ed. São Paulo: Cortez, 2007.

5º PERÍODO**ESTRATÉGIA DE AÇÃO PROFISSIONAL II****EMENTA:**

O estudo da técnica de dinâmicas de grupos na intervenção profissional do Assistente Social. As várias concepções e tipos de grupos e suas relações com o contexto micro e macro social. Coordenação de grupos: observação, intervenção, avaliação e registro. A atuação do Assistente Social junto a comunidades

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CAMAROTTI, Ilka. *Parcerias e pobreza: soluções locais na implementação de políticas sociais*. Rio de Janeiro: FGV, 2000. 152 p. (Coleção FGV Prática) ISBN: 8522503001.

PEREIRA, William C. Castilho. *Nas trilhas do trabalho comunitário e social: teoria, método e prática*. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

GENTILLI, Raquel de Matos Lopes. *Representações e práticas: identidade e processo de trabalho no Serviço Social*. 2. ed. São Paulo: Veras, 2006. 215 p. (Serie Temas, 1) ISBN: 8587064223.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

FRITZEN, Silvino José. *Exercícios práticos de dinâmicas de grupos*. Rio de Janeiro: Vozes, 1988. v. 1.

KISNERMAN, Natálio. *Serviço Social de grupo*. Rio de Janeiro: Agir, 1986.

LAPASSADE, Georges. *Grupos, organizações e instituições*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1989.

PEREIRA, William C. Castilho. *Dinâmica de grupos populares*. 21. ed Petrópolis: Vozes, 2005.

PICHON-RIVIÈRE, Enrique. *Teoria do vínculo*. São Paulo: Martins, 1998.

ORIENTAÇÃO DE ESTÁGIO I

EMENTA:

Desenvolvimento de atividade teórico-prática de estágio supervisionada em estabelecimentos públicos ou privados prestadores de serviços sociais. Desenvolvimento de habilidades com relação a: análise institucional, compreensão das formas de organização da política setorial no enfrentamento das expressões cotidianas da questão social, formas de organização e gerência do processo de trabalho dos assistentes sociais, caracterização da população usuária, estudo de demandas, elaboração de projetos de intervenção, condução de registros técnicos e formas de intervenção junto à população.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

- BURIOLLA, Marta A. Feiten. *Supervisão em Serviço Social: o supervisor, sua relação e seus papéis*. São Paulo: Cortez, 1996.
- GENTILLI, Raquel de Matos Lopes. *Representações e práticas: identidade e processo de trabalho no Serviço Social*. 2. ed. São Paulo: Veras, 2006. 215 p. (Serie Temas, 1) ISBN: 8587064223.
- IAMAMOTO, M. V. *O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. São Paulo: Cortez, 1990.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- BARROCO, Maria Lúcia Silva. *Ética e Serviço Social: fundamentos ontológicos*. 5.ed. São Paulo: Cortez, 2007.
- FALEIROS, Vicente de Paula . *Estratégias em Serviço Social*. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2006. 207 p. ISBN: 8524906677.
- _____. *Saber profissional e poder institucional*. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2009. 159 p. ISBN: 9788524900495.
- SILVA, Maria Ozanira da Silva e. *Formação profissional do assistente social*. 2.ed. São Paulo: Cortez, 1995. 128 p.
- VIEIRA, Balbina Ottoni. *Serviço Social: processos e técnicas*. 5. ed. Rio de Janeiro: Agir, 1981.

PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL I

EMENTA:

Identificação das bases epistemológicas do conhecimento científico, das principais etapas da construção de um projeto de pesquisa utilizando os principais bancos de dados informatizados, bem como instrumentaliza o aluno para a caracterização dos métodos de pesquisa e para a escolha dos procedimentos metodológicos adequados ao problema e aos objetivos da pesquisa em serviço social.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

- BARROS, A. J. P. & LEHFELD, N. A. S. **Fundamentos de Metodologia: um guia para iniciação científica**. São Paulo: McGraw-Hill, 1986
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 25. ed. Petrópolis: Vozes, 2007. 108 p. (Coleção Temas Sociais).
- _____. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 8. ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CHIZZOTTI, Antônio. *Pesquisa em ciências humanas e sociais*. São Paulo: Cortez, 1995.
 DEMO, Pedro. *Introdução à metodologia da ciência*. São Paulo: Atlas, 1987.
 FRANÇA, Júnia Lessa ; VASCONCELLOS, Ana Cristina de . *Manual para normalização de publicações técnico-científica*. 8. ed. rev. amp. Belo Horizonte: UFMG, 2007. 255 p.
 GIL, Antônio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. São Paulo:Atlas, 2002.
 LAVILLE, Cristian. DIONNE, Jean. *A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas*. Porto Alegre: Artes Médicas; Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008.

POLÍTICA DE SEGURIDADE SOCIAL – SAÚDE

EMENTA:

O Estado brasileiro e as políticas de saúde. Determinantes históricos da dinâmica de desinstitucionalização psiquiátrica. A discussão da reforma sanitária. A reforma psiquiátrica no Brasil. Arenas político-institucionais e societárias de atuação do assistente social. O Sistema Único de Saúde: história, legislação, gestão e operacionalização. Papel e atribuições do Assistente Social na Política de Saúde. Os problemas de gestão do SUS

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CAMPOS, Gastão Wagner de Sousa; GUERRERO André Vinícius Pires (Org.) *Manual de Práticas de Atenção Básica: saúde ampliada e compartilhada*. São Paulo: HUCITEC, 2008.
 COHN, Amélia [et al.]. *A saúde como direito e como serviço*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2006. 164 p.
 MOTA, Ana Elizabete; BRAVO, Maria Inês de Sousa. *Serviço Social e saúde: formação e trabalho profissional*. São Paulo: Cortez, 2004.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BRASIL. Ministério da Saúde. *Série E: Legislação em saúde*. Disponível em: <<http://dtr2001.saude.gov.br/editora/produtos/livros/genero/s00e.htm>> Acesso em 07 out. 2010.
 BRASIL. Ministério da Saúde. *Legislação em saúde mental: 1990-2004*. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/legislacao_mental.pdf>. Acesso em 07 out. 2010.
 _____. *Portaria 2.391/GM*, em 26 de dezembro de 2002, Regulamenta o controle das internações psiquiátricas involuntárias (IPI) e voluntárias (IPV) de acordo com o disposto na Lei 10.216, de 6 de abril de 2002, e os procedimentos de notificação da Comunicação das IPI e IPV ao Ministério Público pelos estabelecimentos de saúde, integrantes ou não do SUS. Disponível em: <<http://dtr2001.saude.gov.br/sas/PORTARIAS/Port2002/Gm/GM-2391.htm>>. Acesso em 07 out. 2010.
 BRAVO, Maria Inês de Souza (Org.). *Saúde e Serviço Social*. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2006.
 GOFFMAN, Erving. *Manicômios, prisões e conventos*. 7. ed. 3. reimp. São Paulo: Perspectiva, 2007. 312 p (Coleção Debates. Psicologia; 91). ISBN 9788527302029
 VASCONCELOS, Eduardo Mourão (Org.). *Saúde mental e Serviço Social: o desafio da subjetividade e da interdisciplinaridade*. São Paulo: Cortez, 2000.
 VASCONCELOS, Ana Maria de. *Prática do Serviço Social: cotidiano, formação e alternativas na área da saúde*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2007. 560 p. ISBN: 9788524908941

6º PERÍODO

ECONOMIA POLÍTICA

EMENTA:

Modo de produção capitalista: gênese, desenvolvimento e características. Acumulação, valorização e concentração/centralização do capital. A relação capital/trabalho. Processo de trabalho e controle da força de trabalho. A lei geral da acumulação capitalista. Características e tendências do capitalismo contemporâneo.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ARRIGHI, Giovanni. O longo século XX: dinheiro, poder e as origens do nosso tempo. Rio de Janeiro: Contraponto, 2003.

BASTOS, Vânia Lomonaco. Para entender a economia capitalista: noções introdutórias. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1996.

CATANI, Afrânio Mendes. O que é capitalismo. São Paulo: Brasiliense, 1991.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ABREU, Marcelo de Paiva (Org.). A ordem do progresso: dois séculos de política econômica no Brasil. 2. ed., rev. e atual. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014. xxx, 441 p ISBN 9788535278590.

FERREIRA, Mariana Ribeiro Jansem; MARQUES, Rosa Maria. O Brasil Sob a Nova Ordem - A Economia Brasileira Contemporânea. São Paulo: Saraiva, 2012

LAZANA, Antônio Evaristo Teixeira. Economia Brasileira. São Paulo: Atlas, 4ª Ed. 2012.

LEITE, Antonio Dias. A economia brasileira: de onde viemos e onde estamos. Rio de Janeiro [s.n.] 240p ISBN 8535215131.

PINHO, Diva Benevides. Manual de economia: equipe de professores da USP. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2010. 606 p ISBN 97885020466275.

ORIENTAÇÃO DE ESTÁGIO II

EMENTA:

Desenvolvimento de atividade teórico prática de estágio supervisionado em estabelecimentos públicos ou privados prestadores de serviços sociais. Desenvolvimento de habilidades com relação a: sistematização da prática profissional, avaliação de serviço, avaliação de projeto e impacto da atuação profissional junto à população. Formulação de estratégias de ação, definição dos instrumentais de trabalho. Reconstrução dos objetos de intervenção, avaliação do produto do trabalho, condução de atividades investigativas, formas de intervenção junto a população e elaboração de planos de supervisão.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BARROCO, Maria Lucia Silva. *Ética e serviço social: fundamentos ontológicos*. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BURIOLLA, Marta A. Feiten. *Supervisão em Serviço Social: o supervisor, sua relação e seus papéis*. 4. ed. São Paulo: Cortez: 2008.

GENTILLI, Raquel de Matos Lopes. *Representações e práticas: identidade e processo de trabalho no Serviço Social*. 2. ed. São Paulo: Veras, 2006. 215 p. (Serie Temas, 1)

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BARROCO, Maria Lúcia Silva; TERRA, Sylvia Helena. *Código de ética do/a Assistente Social comentado*. Organização do CFESS. São Paulo: Cortez, 2012.

CFESS, ABEPSS. *Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais*. CEAD/UnB. Brasília. 2009.

FALEIROS, Vicente de Paula. *Saber profissional e poder institucional*. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2009. 159 p. ISBN: 9788524900495.

LEWGOY, Alzira Maria Baptista. *O estágio supervisionado em Serviço Social*. Temporalis, [S.l.], v. 13, n. 25, p. 63-90, fev. 2017. ISSN 2238-1856. Disponível em: <<http://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/4850>>

REZENDE, Ilma; CAVALCANTI, Ludmila Fontenele. *Serviço Social e Políticas Sociais*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2006.

PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL II

EMENTA:

Elaboração e realização de projetos de pesquisa em Serviço Social abordando a questão rural e urbana, os segmentos sociais: centrados na família, criança, adolescente, idoso. Classes sociais, movimentos sociais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BARROS, Aidil de Jesus Paes de. *Projeto de Pesquisa; propostas metodológicas*. Petrópolis. Rio de Janeiro: Vozes. 1990.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 25. ed. Petrópolis: Vozes, 2007. 108 p. (Coleção Temas Sociais).

_____. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 8. ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CHIZZOTTI, Antônio. *Pesquisa em ciências humanas e sociais*. São Paulo: Cortez, 1995.

DEMO, Pedro. *Introdução à metodologia da ciência*. São Paulo: Atlas, 1987.

FRANÇA, Júnia Lessa ; VASCONCELLOS, Ana Cristina de . *Manual para normalização de publicações técnico-científica*. 8. ed. rev. amp. Belo Horizonte: UFMG, 2007. 255 p.

GIL, Antônio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. São Paulo:Atlas, 2002.

LAVILLE, Cristian. DIONNE, Jean. *A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas*. Porto Alegre: Artes Médicas; Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008.

POLÍTICA DE SEGURIDADE SOCIAL - ASSISTÊNCIA SOCIAL

EMENTA:

A trajetória sócio-histórica da política de Assistência Social. A concepção da Assistência Social como direito de cidadania e sua inclusão na Constituição Federal de 1988. A organização das relações Estado e sociedade a partir dos anos 80. Os direitos assistenciais que se materializam em serviços, programas e projetos. O Sistema Descentralizado e participativo da Assistência – avanços e desafios para sua implementação. Mecanismos de financiamento. O Sistema Único de Assistência Social – SUAS, a NOB-SUAS e a NOB-RH.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Secretaria Nacional de Assistência Social. *Política Nacional de Assistência Social –PNAS/2004 : Norma Operacional Básica – NOB/SUAS*. Brasília,DF:Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2005. 175 p.

MESTRINER, Maria Luiza. *O Estado entre a filantropia e a assistência social*. 2.ed. São Paulo, Cortez, 2005.

SPOSATI, Aldaiza de Oliveira *et al.* *Assistência na trajetória das políticas sociais brasileiras: uma questão em análise*. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2003. 112 p. ISBN: 8524900334.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

- BOSCHETTI, Ivanete. *Assistência social no Brasil: um direito entre a originalidade e conservadorismo*. 2. ed. Brasília: Ivanete Boschetti, 2003.
- COUTO, B. R. *O direito social e a assistência social brasileira: uma equação possível?* São Paulo: Cortez, 2004.
- DEMO, Pedro. *Cidadania tutelada e cidadania assistida*. Campinas, SP: Autores Associados, 1995. 171 p. ISBN: 8585701129.
- SPOSATI, Aldaíza de Oliveira. *A menina LOAS: um processo de construção da Assistência Social*.
- YASBECK, Maria Carmelita. *Classes subalternas e assistência social*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2006. ISBN: 8524905026

7º PERÍODO**DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO SOCIAL****EMENTA:**

As instituições de Direito no Brasil e as lutas sociais pela conquista e ampliação da cidadania. A organização dos poderes e o aparato jurídico no Estado brasileiro. Os ramos do Direito e a legislação social no Brasil. Direito do Trabalho e Direito de Família. A Constituição Federal e Estadual e o campo dos direitos sociais. As mudanças na moldura institucional-legal da “questão social”, inauguradas com a Constituição Federal de 1988: Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA; Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS; Política Nacional do Idoso – PNI. O Estatuto do Idoso: O Direito Internacional e suas implicações nas relações de trabalho e de seguridade social. A Legislação Profissional.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

- BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. *Brasil Direitos Humanos, 2008: A realidade do país aos 60 anos da Declaração Universal*. Brasília, DF: SEDH, c 2008. 288 p. Disponível em: <<http://portal.mj.gov.br/sedh/documentos/60anosDUDH.pdf>>. Acesso em 17 maio. 2011
- CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- DALLARI, Dalmo de Abreu. *Elementos da teoria geral do Estado*. São Paulo: Saraiva, 2007.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- BAZILIO, Luiz Cavalieri ; KRAMER, Sônia . *Infância, educação e direitos humanos*. São Paulo: Cortez, 2003. 135 p. ISBN: 8524909358.
- BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Direitos Humanos. Disponível em: <<http://www.direitoshumanos.gov.br/>>. Acesso em 17 maio 2011.
- CANDAU, Vera Maria *et al.* *Oficinas pedagógicas de direitos humanos*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1996. 125 p. ISBN: 8532613802.
- CONSELHO REGIONAL DE Serviço Social, 6ª Região. *Coletânea de leis*. 4. ed. CRESS: Belo Horizonte, 2005.
- COUTO, Berenice Rojas. *O direito social e a assistência social na sociedade brasileira: uma equação possível?*. São Paulo: Cortez, 2004. 197 p. ISBN: 8524910801.

ESTATÍSTICA**EMENTA:**

Noções de amostragem. Estatística descritiva. Teoria elementar de probabilidade. Variáveis aleatórias discretas e contínuas. Distribuições de variáveis aleatórias discretas e contínuas. Correlação e Regressão Linear Simples. Introdução à inferência estatística. Testes de hipóteses.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

FONSECA, Jairo Simon; MARTINS, Gilberto de Andrade. *Curso de estatística*. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LAPPONI, Juan Carlos. *Estatística usando o Excel*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

SPIEGEL, Murray R. *Estatística*. 3. ed. São Paulo: Pearson Makron Books, 2006.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BEIGUELMAN, Bernardo. Curso prático de bioestatística. 5.ed. Ribeirão Preto: FUNPEC, 2002. 274 p.

CALLEGARI-JACQUES, Sidia M.. Bioestatística: princípios e aplicações. Porto Alegre: Artmed, 2003. 264 p.

COSTA NETO, Pedro Luiz de Oliveira. Estatística. 2. São Paulo: Edgard Blücher, 2002.

CRESPO, Antônio Arnot. Estatística fácil. 18. ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

VIEIRA, Sônia. Bioestatística: tópicos avançados. 4.ed. Rio de Janeiro: Campus, 2008. 232 p.

ORIENTAÇÃO DE ESTÁGIO III

EMENTA:

Aprofundamento das práticas profissionais através da operacionalização, da recriação e da reconstrução teórica sob a perspectiva da intervenção profissional realizando a síntese necessária neste período de aprendizagem. O estágio será acompanhado pelo professor orientador e pelo supervisor de campo que deverão aprovar, avaliar e acompanhar a execução do projeto de estágio.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BARROCO, Maria Lúcia Silva. *Ética e Serviço Social: fundamentos ontológicos*. 5.ed. São Paulo: Cortez, 2005.

BURIOLLA, Marta A. Feiten. *Supervisão em Serviço Social: o supervisor, sua relação e seus papéis*. São Paulo. Cortez, 1996.

GENTILLI, Raquel de Matos Lopes. *Representações e práticas: identidade e processo de trabalho no Serviço Social*. 2. ed. São Paulo: Veras, 2006. 215 p. (Serie Temas, 1) ISBN: 8587064223.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

FALEIROS, Vicente de Paula . *Estratégias em Serviço Social*. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2006. 207 p. ISBN: 8524906677.

FRIEDLANDER, Walter. *Conceitos e métodos de Serviço Social*. Rio de Janeiro: Agir, 1972.

IAMAMOTO, M. V. *O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. São Paulo: Cortez, 1990.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. *Formação profissional do assistente social*. 2º ed. São Paulo: Cortez, 1995. 128 p.

VIEIRA, Balbina Ottoni. *Serviço Social: processos e técnicas*. 5.ed. Rio de Janeiro: Agir, 1981.

POLÍTICA DE SEGURIDADE SOCIAL – PREVIDÊNCIA SOCIAL

EMENTA:

Bases históricas da Seguridade Social no Brasil. A Previdência Social no Brasil dos anos 30 aos 60. A Lei Orgânica da Previdência Social – LOPS. O modelo repressivo e centralizado do período militar. A Constituição de 1988 e as alterações na Seguridade Social. A reforma da Previdência Social e a Aposentadoria. O trabalho do Assistente Social na Previdência. A concepção da Assistência Social como direito de cidadania e sua inclusão na Constituição Federal de 1988. A organização das relações Estado e sociedade a partir dos anos 80. As formas de expressão e enfrentamento da questão social no Brasil e o Serviço Social. O redimensionamento da profissão ante as transformações societárias: condições e relações de trabalho, espaço ocupacional, atribuições. Polêmicas teórico-metodológicas atuais no Serviço Social.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

MALLOY, James M. *Política de Previdência Social no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1986.
MOTA, Ana Elizabete. *Cultura da crise e seguridade social*. São Paulo: Cortez, 2005.
VIANNA, Maria Lúcia Teixeira Werneck. *A americanização (perversa) da seguridade social no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2000.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

DAIN, Sulamis. Financiamento da Seguridade Social. A previdência Social e a revisão constitucional. In: BRASIL, Debates, vol. II, Brasília, MPS/CEPAL, 1994.
DUARTE, Adriana. O processo de reforma da previdência social pública brasileira. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, v. 24, n. 73, p. 120-141, mar. 2003.
MARQUES, Rosa Maria. *A previdência social no Brasil*. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2003.
OLIVEIRA, Jaime A. A.de; TEIXEIRA, Sônia Maria Fleury. *A (im)previdência social*. Petrópolis: Vozes/ABRASCO, 1989.
SILVIA, Maria Lúcia Lopes da. *Previdência social um direito conquistado: resgate histórico, quadro atual e propostas de mudança*. 2. ed. Brasília, DF: Ed do Autor, 1997.

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO I

EMENTA:

A operacionalização do projeto de pesquisa construído nas disciplinas de Pesquisa em Serviço Social I e II, com elaboração das formulações teóricas, os instrumentais de pesquisa, realização do trabalho de campo, finalizando com o relatório da pesquisa.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. *A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas*. Porto Alegre: Artmed, 2008. 370 p.

MINAYO, Maria Cecília de Souza *et al.* (Org.). *Pesquisa Social: teoria, método e criatividade*. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

TRIVINOS, A. N. S. *Introdução à pesquisa em ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação: o positivismo, a fenomenologia e o marxismo*. São Paulo: Atlas, 1990.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- CHIZZOTTI, Antônio. *Pesquisa em ciências humanas e sociais*. São Paulo: Cortez, 1995.
- DEMO, Pedro. *Introdução à metodologia da ciência*. São Paulo: Atlas, 1987.
- FRANÇA, Júnia Lessa ; VASCONCELLOS, Ana Cristina de. *Manual para normalização de publicações técnico-científica*. 8. ed. rev. amp. Belo Horizonte: UFMG, 2007. 255 p.
- GIL, Antônio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. São Paulo:Atlas,2002.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. Rio de Janeiro: HUCITEC/ABRASCO, 1993.

8º PERÍODO

ELABORAÇÃO, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DE PROJETOS SOCIAIS

EMENTA:

Elaboração, monitoramento e avaliação dos projetos, serviços e programas das políticas públicas como instrumentos de gestão presentes na agenda da reforma do Estado. O planejamento e a formulação de políticas públicas na perspectiva de maximizar os resultados e gerar conhecimento organizacional e político.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- COHEN, Ernesto; FRANCO, Rolando. *Avaliação de projetos sociais*. Petrópolis: Vozes, 2001.
- DEMO, Pedro. *Mitologias da avaliação: de como ignorar, em vez de enfrentar problemas*. Campinas: Autores Associados, 1999. 84 p. (Polemicas do Nosso Tempo)
- RICO, Elizabeth Melo (Org.). *Avaliação de políticas sociais: uma questão em debate*. São Paulo: Cortez, 2007.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- AGUILAR, Maria José; ANDER-EGG, Ezequiel. *Avaliação de serviços e programas sociais*. Petrópolis: Vozes, 1995.
- BARREIRA, Maria Cecília Roxo Nobre. *Avaliação participativa de programas sociais*. São Paulo: Veras, 2000.
- BELO HORIZONTE. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal Adjunta de Assistência Social. *Monitoramento e Avaliação da Política de Assistência Social de Belo Horizonte: sistema de indicadores*. Belo Horizonte, 2007.
- BRASIL. Ministério da Saúde. *Monitoramento e avaliação na política nacional de humanização na rede de atenção e gestão do SUS: manual com eixos avaliativos e indicadores de referência*. Brasília: Ed. MS, 2006.
- GAETANI, Francisco. *Gestão e avaliação de políticas e programas sociais: subsídios para discussão*. Brasília: MARE/ENAP, 1997. (Textos para Discussão, n. 14)

ÉTICA PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL II

EMENTA:

Ética e ética profissional como uma das mediações entre o saber teórico-metodológico e a prática profissional. O debate do projeto ético-político profissional e o atual Código de Ética do Serviço Social. Desafios ético morais no cotidiano do exercício profissional.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- BARROCO, Maria Lúcia Silva. *Ética e Serviço Social: fundamentos ontológicos*. 5.ed. São Paulo:Cortez, 2007.

BONETTI, Dilséa Adeodata *et al.* *Serviço Social e ética: convite a uma nova práxis*. São Paulo: Cortez/CFESS, 2007.

CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL, 6a.Região, Minas Gerais. *Coletânea de leis*. Belo Horizonte: CRESS, 2006.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. *Legislação: regulamentação da profissão*. Disponível em: < <http://www.cfess.org.br/legislacao.php> >. Acesso em 17 maio 2011.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ALBORNO, Suzana. *Ética e utopia*. Porto Alegre: Movimento, 1985.

OLIVEIRA, Manfredo Araújo de. Os desafios éticos e políticos da sociedade brasileira. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n. 56, p. 23-33, 1998.

REVISTA INSCRITA, Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, ano 4, no. 8, mai 2002.

RIOS, T. A. *Ética e competência*. 16. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

SERVIÇO SOCIAL & SOCIEDADE. Direitos, ética e serviço social, São Paulo, n. 99, jul./set., 2009.

WARNOCK, M. *Ética contemporânea*. [s.l.]: Labor, 1968. 175 p.

GESTÃO SOCIAL EM SERVIÇO SOCIAL NA ESFERA PÚBLICA E PRIVADA

EMENTA:

A emergência do planejamento como campo de conhecimento científico. A intervenção racional na realidade e as modalidades de planejamento social. O planejamento social no Brasil: análise dos planos governamentais como formas de intervenção econômica e social do Estado. O planejamento nas esferas públicas e privadas das políticas sociais. As estratégias participativas e as tendências de descentralização e municipalização. O planejamento no processo de trabalho dos assistentes sociais e seus instrumentos: projetos, planos e programas. Principais teorias da Administração: da administração tradicional às novas políticas de recursos humanos. A ação do assistente social na gestão das organizações públicas e privadas. Os desafios do trabalho em equipe interprofissionais. Funções técnicas do assistente social enquanto administrador de serviços: coordenação, direção, assessoria, supervisão e avaliação de projetos e programas sociais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CARVALHO, José Carlos Oliveira de. *Orçamento público: teoria e questões atuais comentadas*. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007. 234p. (Série Provas e Concursos)

CHIAVENATO, I. *Gestão de pessoas*. Rio de Janeiro: Elsevier; Campus, 2010.

CHIAVENATO, I. *Teoria geral da administração*. 6 ed. São Paulo: McGraw-Hill, 2000.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

APPLE, Michael. *Para além da lógica do mercado: compreendendo e opondo-se ao neoliberalismo*. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

BARBOZA, Hélio Batista ; FUJIWARA, Luís. *Histórias de um Brasil que funciona: governos locais ajudando a construir um país mais justo*. São Paulo: Programa Gestão Pública e Cidadania, 2000.

COHEM, Ernesto; FRANCO, Rolando. *Avaliação de projetos sociais*. Petrópolis: Vozes, 2001.

DAGNINO, E. *Os anos 90: política e sociedade no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

KLIKSBERG, Bernardo. *Falácias e mitos do desenvolvimento social*. 2. ed São Paulo: Cortez, 2003.

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO II**EMENTA:**

Orientação teórica metodológica para finalização da monografia em construção.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

LAVILLE, Cristian. DIONNE, Jean. *A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas*. Porto Alegre: Artes Médicas; Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008.

SALOMON, Délcio Vieira. *Como fazer uma monografia: elementos de metodologia do trabalho científico*. Belo Horizonte: Interlivros, 2004

SEVERINO, Antônio Joaquim. *Metodologia do trabalho científico*. São Paulo: Cortez, 2003

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CHIZZOTTI, Antônio. *Pesquisa em ciências humanas e sociais*. São Paulo: Cortez, 1995.

DEMO, Pedro. *Pesquisa e construção de conhecimento: metodologia científica no caminho de Habermas*. 4. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2004. 125 p. (Coleção Biblioteca tempo universitário)

ECO, Umberto. *Como se faz uma tese*. 18. ed. São Paulo: Perspectiva, 2002.

FRANÇA, Júnia Lessa ; VASCONCELLOS, Ana Cristina de. *Manual para normalização de publicações técnico-científica*. 8. ed. rev. amp. Belo Horizonte: UFMG, 2007. 255 p.

GIL, Antônio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. São Paulo: Atlas, 2002.

EMENTÁRIO DAS OPTATIVAS**CLASSES SOCIAIS E MOVIMENTOS SOCIAIS****EMENTA:**

As teorias sobre classes sociais e sujeitos coletivos. Teorias clássicas e o debate contemporâneo sobre os movimentos sociais. Movimentos sociais, o Estado e a sociedade civil. A estrutura de classes na sociedade brasileira. Movimentos sociais, suas lutas nos espaços rural e urbano e a formulação de políticas sociais. Identidade e subjetividade na construção dos movimentos societários. A relação entre o Serviço Social e os movimentos sociais no Brasil.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

Montaño, Carlos e DURIGUETO, Maria Lúcia. *Estado, Classes Sociais e Movimentos Sociais*. Vol.5. São Paulo: Cortez, 2010. (Coleção Biblioteca Básica do Serviço Social).

GOHN, M.G. *Teorias dos Movimentos Sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo: Edições Loyola, 1997.

CFSS/ABEPSS. *Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais*. V.1. Brasília: CFSS/ABEPSS, 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao Trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. São Paulo: Cortez, 1995.

SANTOS, Theotonio dos. *Conceito de Classes Sociais*. Petrópolis: Vozes, 1987.

MARX, K. ENGELS, F. *Manifesto do Partido Comunista*. 2 ed. São Paulo: Martin Claret, 2011.

ROSSI, Waldemar e GERAB, William Jorge. *Para entender os sindicatos no Brasil: uma visão classista*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

NETTO, José Paulo. Para ler o Manifesto do Partido Comunista. In: NETTO, José Paulo. *Marxismo Impenitente: contribuição à história das ideias marxistas*. São Paulo: Cortez, 2004.

DAL MORO, M., MARQUES, M.. A relação do Serviço Social com os movimentos sociais na Contemporaneidade. *Temporalis*, vol. 1, fev. 2012. Disponível em: <<http://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/2185>>. Acesso em: 26 Dez. 2012.

SILVA, S., MUSTAFÁ, M.. Projeto ético-político, consciência de classe e projeto societário: uma relação dialética. *Temporalis*, vol. 1, fev. 2012. Disponível em: <<http://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/2190/1641>>. Acesso em: 26 Dez. 2012

COMUNICAÇÃO VERBAL E EXPRESSÃO CORPORAL

EMENTA

Necessidades, concepções e paradigmas da comunicação verbal e expressão corporal. Preparação psicológica: vencendo o medo, a timidez, a inibição e o descontrole. Treinamentos para aprimoramento da respiração e da voz. Expressão corporal: gesticulação, movimentação, olhar, sorriso. Expressão verbal: voz (dicção, pronúncia, velocidade, projeção), pausas, muletas verbais, ritmo, respiração, idioma e normas gramaticais. Congruência (palavra, gesto, voz, intenção), empatia, componentes da influência humana. Estrutura de uma apresentação pública: elaboração do roteiro, introdução, conteúdo e conclusão. Técnicas para valorizar a apresentação (dramatização, interpretação, argumentação). Utilização de microfones e equipamentos. Organizando uma apresentação.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BOAL, Augusto. 200 exercícios e jogos para o ator e o não-ator com vontade de dizer algo através do teatro. 5.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.

MAIA, Eleonora Motta. No reino da fala: a linguagem e seus sons. 4. ed. São Paulo: Atica, 2003.

WEIL, Pierre e TOMPAKOW, Roland. O Corpo Fala. Petrópolis: Editora Vozes, 1986.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALMEIDA, Cândido José Mendes de. Uma nova ordem audiovisual: novas tecnologias de comunicação. São Paulo: Summus, 1988. 106 p. (Novas buscas em comunicação; v. 30)

ALMEIDA, Milton José de. Imagens e sons: a nova cultura oral. São Paulo: Cortez, 1994.

BAKHTIN, M. M. Estética da criação verbal. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BAITELLO JR., Norval. O animal que parou os relógios: ensaios sobre comunicação, cultura e mídia. 2. ed. São Paulo: Annablume, 1999.

CÂMARA, Joaquim Mattoso. Manual de expressão oral e escrita. 19. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

CANEVACCI, Massimo. Antropologia da comunicação visual. São Paulo: DP&A, 2001.

LURIA, A. R. Desenvolvimento cognitivo: seus fundamentos culturais e sociais. 4. ed São Paulo: Ícone, 2005.

MADUREIRA, Sandra. A matéria fônica, os efeitos de sentido e os papéis do falante. D.E.L.T.A. Vol12, n. 1, p. 81-93.

POLITO, Reinaldo. Recursos audiovisuais nas apresentações de sucesso. 6. ed., rev., atual. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2003.

VIGOTSKY, L. S. Pensamento e linguagem. 3. ed São Paulo: Martins Fontes, 2005

STANISLAVSKI, Constantin. A Construção da Personagem. Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1989.

STANISLAVSKI, Constantin. A Preparação do Ator. Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1982.

CULTURA, RELIGIÃO E DIVERSIDADE ÉTNICA NO BRASIL

EMENTA:

Etnia e Raça: principais abordagens teórico-conceituais. A constituição histórica das relações étnico-raciais no Brasil: as raízes africanas, indígenas, europeias e asiáticas na sociedade brasileira. As relações étnico-raciais: direitos, polêmicas e desafios atuais no Brasil. Movimentos sociais, políticos e culturais: da negação à visibilidade da diversidade étnico-racial brasileira. Diversidade religiosa no Brasil.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

HEYWOOD, Linda M. *Diaspóra Negra no Brasil*. Rio de Janeiro: Contexto, 2008.
IANNI, OCTÁVIO, *Raças e classes sociais no Brasil*. São Paulo, 2004.
MUNANGA, Kabengele. *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

D'ADESKY, Jacques. *Pluralismo étnico e multiculturalismo. Racismo e anti-racismos no Brasil*. Rio de Janeiro: Pallas, 2001.
HASENBALG, Carlos A. *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil*. Belo horizonte: UFMG, 2005.
MUNANGA, Kabengele. *Negritude: usos e sentidos*. Belo Horizonte: UFMG, 2007.
RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2006.
SANTOS, Gevanilda Gomes. *Relações raciais e desigualdade no Brasil*. São Paulo: Selo Negro, 2009.

LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS (LIBRAS)

EMENTA:

História das comunidades surdas, da cultura e das identidades surdas. Ensino básico da LIBRAS e políticas linguísticas e educacionais para surdos. Aspectos clínicos, educacionais, socioculturais e linguísticos da surdez. Língua de sinais brasileira: fundamentos básicos da fonologia. Noções básicas de léxico, de morfologia, de sintaxe. Prática em diálogos e compreensão da conversação em LIBRAS. Os direitos sociais da pessoa surda.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

GÓES, M^a Cecília Rafael de. *Linguagem, surdez e educação*. 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2002.
SKLIAR, C.. *A surdez: um olhar sobre as diferenças*. 5. ed. Porto Alegre: Mediação, 2011.
SACKS, Oliver W. *Vendo vozes: uma viagem ao mundo dos surdos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BRASIL. Lei nº 10.346, de 24 de abril de 2002: dispõe sobre a língua brasileira de sinais – LIBRAS – e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2002/L10436.htm>.
SECRETARIA NACIONAL DE PROMOÇÃO DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA. *Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência: protocolo facultativo e a declaração universal dos direitos humanos*. 4.ed. ver. e atual. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos/ Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2007. Disponível em:

<<http://portal.mj.gov.br/sedh/snpd/convencao pessoas com deficiencia pdf.pdf>> Acesso em 05.01.13

OFICINA DE INSTRUMENTALIDADE PROFISSIONAL

EMENTA:

Conhecimento e aplicação de instrumental técnico-operativo e novas tecnologias utilizadas pelo Serviço Social, que se efetivem nas intervenções com indivíduos, famílias, redes, grupos e populações relacionados a programas específicos dentro do contexto da prática profissional.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

IOTO, Regina Célia. Orientação e acompanhamento de indivíduos, grupos e famílias. In: CFESS/ABEPSS. Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPS, 2010.

_____. Estudos Socioeconômicos. In: CFESS/ABEPSS. Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPS, 2010.

SANTOS, C.M.; BACKX, Sheila; GUERRA, Yolanda (orgs). A dimensão técnico-operativa do Serviço Social: desafios contemporâneos. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2012.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CFESS (org). O estudo social em perícias, laudos e pareceres técnicos: contribuições ao debate no Judiciário, Penitenciário e na Previdência Social. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2004.

GERBER, Luiza M. L. Oficina de Serviço Social: elaboração de relatórios e laudos.s.d. Disponível em

<<http://www.amavi.org.br/sistemas/pagina/setores/associal/arquivos/2011/Texto-Oficina-de-Servico-Social-Elaboracao-de-Estudos-e-Parecer-Social.pdf>> Acesso em 22 de Dezembro de 2012.

CARDOSO, Maria de Fátima Matos. Reflexões sobre instrumentais em Serviço Social. São Paulo: LCTE, 2008.

GUERRA, Yolanda. A instrumentalidade do Serviço Social. 4ª ed. Revista. São Paulo: Cortez, 2005.

PONTES, Reinaldo. Mediação e Serviço Social. São Paulo: Cortez, 2006.

OFICINA DE SERVIÇO SOCIAL

EMENTA:

Disciplina teórico-prática que trata dos fundamentos para realizar consultas a bases de dados, busca no IBGE, análise de artigos, pesquisas e teses, análise introdutória de dados estatísticos com vista ao estudo da problemática surgida a partir do contato com a realidade social.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

AGULIAR, Maria José & ANDER-EGG, Ezequiel. Avaliação de serviços e programas sociais. Tradução de Jaime Clasen e Lúcia Orth. 2. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

AZEVEDO, S. de & ANDRADE, L. A. G. Habitação e Poder: da Fundação da Casa Popular ao BNH. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

AZEVEDO, M.A. e GUERRA, Viviane. Infância e Violência Doméstica: fronteiras do conhecimento. São Paulo: Cortez. 1996.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

JANNUZZI, Paulo de Martino. Indicadores Sociais no Brasil. Campinas, São Paulo: Editora Alínea, 2001.

Coleção da revista Serviço Social e Sociedade. São Paulo, Cortez. Coleção da revista Katálysis. Florianópolis, PPG em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina (disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_serial&lng=pt&pid=1414-4980&nrm=iso> Coleção Revista *Temporalis* (da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social). Coleção da revista Debates Sociais. Rio de Janeiro, Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio em Serviços Sociais.

POLÍTICA SOCIAL – SISTEMA DE PROTEÇÃO SOCIAL À VELHICE

EMENTA:

O processo de envelhecimento, suas consequências e significados nos planos da sociedade e dos indivíduos. Aspectos demográficos da população idosa no Brasil. Práticas profissionais do Assistente Social no âmbito da política para velhice, na gestão e no atendimento e o trabalho intersetorial com as políticas sociais brasileiras.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BAREMBLITT, Gregório. *Compêndio de análise institucional e outras correntes: teoria e prática*. 5. ed Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2002.
BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. 6. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
GOFFMAN, Erving. *Manicômios, prisões e conventos*. 7. ed. 3. reimp. São Paulo: Perspectiva, 2007. 312 p. (Coleção Debates; 91).

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BARRETO, Maria Leticia Fonseca. *Admirável mundo velho: velhice, fantasia e realidade social*. São Paulo: Ática, 1992. 237 p. ISBN: 8508041101.
BEAUVOIR, Simone. *A velhice*. São Paulo: Nova Fronteira. 1990. 711 p.
SERVIÇO SOCIAL & SOCIEDADE. Velhice e envelhecimento. São Paulo: Cortez, v. 24, n. 75, 2003. Edição especial.
CHAIMOWICZ, Flávio. *Idosos brasileiros no século XXI: demografia, saúde e sociedade*. Belo Horizonte: Postgraduate, 1998. 92 p.
LEBRÃO, Maria Lúcia; DUARTE, Yeda A. de Oliveira (Org.). *SABE - Saúde, Bem-Estar e Envelhecimento: o projeto SABE no município de São Paulo: uma abordagem inicial*. Brasília, DF: Organização Pan-Americana da Saúde, 2003. 255 p. ISBN: 8587943308

QUESTÃO AMBIENTAL E SERVIÇO SOCIAL

EMENTA:

O metabolismo orgânico entre o homem e a natureza nos marcos do sistema capitalista: produção destrutiva. Desenvolvimento capitalista, degradação e crise ambiental. Conflitos ambientais, movimentos ambientalistas nacionais e internacionais. Serviço Social, meio ambiental e educação ambiental.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

GOMES, J.A.D., AGUADO, O.V. e PÉREZ, A.G.(orgs.). *Serviço Social e Meio Ambiente*. São Paulo: Cortez, 2009.
GONÇALVES, Carlos Walter Porto. *Os descaminhos do meio ambiente*. São Paulo: Contexto, 1996.

FOSTER, John Bellamy. A ecologia de Marx: materialismo e natureza. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2005.

PADUA, Elisabete Matallo Marchesini de. & MATALLO Jr., Heitor (Orgs). Ciências Sociais, complexidade e meio ambiente: interfaces e desafios. Campinas: Papyrus, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

AMÉRICO, Maria Conceição; LIMA, Raquel Franco de S.; LOPES JÚNIOR, Edmilson. Processos socioambientais em comunidades de crescimento desordenado. Serviço Social e Sociedade, nº 90. São Paulo: Cortez, 2007.

LEMOS, Amália Inês Geraiges de. (Org.). América Latina, sociedade e meio ambiente. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

PICOLI, Fioreto. O capital e a devastação da Amazônia. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

OLIVEIRA, Ednéia Alves de. O atual estágio de acumulação capitalista: destruição criativa ou destrutiva? Serviço Social e Sociedade, nº 82. São Paulo: Cortez, 2005.

TRIGUEIRO, André. Meio Ambiente no século XXI. Campinas: Editora Autores Associados LTDA, 2005.

QUESTÃO SOCIAL E VIOLÊNCIA

EMENTA:

A questão social enquanto produto da sociedade capitalista. Pauperismo, violência e suas raízes históricas. Cidade, Estado e Mercado: a modernização excludente. A (in) segurança social na Modernidade. Violência e conflitos sociais nos meios urbano e rural. A violência nas cidades: dilemas da sociedade brasileira contemporânea. Cultura da PAZ.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ANNI, O. A cultura da violência: capitalismo, violência e terrorismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

SILVA, J. F. S. recrudescimento da violência nos espaços urbanos: desafios para o Serviço Social. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo: Cortez, n. 89, p. 130-154, mar. 2007.

PERALVA, Angelina. Violência e Democracia: o paradoxo brasileiro. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BAUMAN, Zygmunt. Confiança e medo na cidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

HOBSBAWM, Eric. Bandidos. Paz e Terra. São Paulo: 2010.

_____. Eric. Era dos extremos: O breve século XX. São Paulo: Companhia das Letras, 2002

SALES, Mione Apolinário. (In)visibilidade Perversa: adolescentes infratores como metáfora da violência. São Paulo: Cortez, 2007.

VASCONCELOS, Ruth & PIMENTEL, Elaine. Violência e Criminalidade em Mosaico. Maceió: EDUFAL, 2009.

RELAÇÕES DE GÊNERO E SERVIÇO SOCIAL

EMENTA:

Aspectos teóricos sobre o conceito de gênero e a sua relação com o Serviço Social. Papéis sociais, campo e construção da masculinidade e feminilidade no capitalismo. Instrumentalidade no trabalho social com mulheres. Gênero e direitos humanos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

- SAFFIOTTI, H. I. Gênero, patriarcado, violência. São Paulo: Perseu Abramo, 2004. 05 exemplares
- LOURO, Guacira Lopes. O corpo educado: pedagogias da sexualidade. 3.ed. Belo Horizonte: Autêntica 2010.
- CISNE, M. Gênero, divisão sexual do trabalho e Serviço Social. Editora: Outras Expressões, São Paulo: 2012.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

- TORRES, Iraildes Caldas. As Primeiras-damas e a Assistência Social: relações de gênero e poder. São Paulo: Cortez, 2002.
- SOUZA-LOBO, Elisabeth. A Classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência. São Paulo: Perseu Abramo, 2011.
- FARIA, Nalu; Silveira, Maria L. e NOBRE, Miriam (orgs.). Gênero nas políticas públicas. São Paulo: SOF, 2000.
- FARIA, N., e NOBRE, M.(orgs). Economia Feminista. São Paulo: SOF, 2002. Já temos 05 exemplares
- GROSSI, P., VICENSI, J., ALMEIDA, S., PEDERSEN, J. Desenvolvimento e igualdade de gênero: avanços e desafios no enfrentamento da violência contra a mulher. Temporalis, v.1, ago. 2012.
- SCOTT, J. W. El género: una categoría útil para el análisis histórico. In LAMAS, Marta (comp.). El género: la construcción cultural de la diferencia sexual . México: UNAM, 1990. p265-302. Disponível em <http://www.mujeresdelsur.org/sítio/ima>

SAÚDE MENTAL E SERVIÇO SOCIAL

EMENTA:

Histórica da assistência à saúde mental no mundo. Trabalho e subjetividade: impactos do trabalho na saúde mental do trabalhador. Política de saúde mental no Brasil. Reforma psiquiátrica e movimentos sociais na área da saúde. Os desafios da política de saúde mental na contemporaneidade. O trabalho de assistentes sociais na área de saúde mental.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- FOUCAULT, M. História da Loucura na Idade Clássica. São Paulo: Perspectiva, 2003.
- GOFFMAN, Erving. Manicômios, prisões e conventos. 7. ed. 3. reimp. São Paulo: Perspectiva, 2007. 312 p (Coleção Debates. Psicologia; 91). ISBN 9788527302029
- ALVES, Giovanni. Trabalho e Subjetividade: o espírito do toyotismo na era do capitalismo manipulatório. São Paulo: Bomtempo, 2011.
- VASCONCELOS, Eduardo Mourão. Saúde Mental e Serviço Social. Cortez, São Paulo, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- AMARANTE, P. Saúde mental, formação e crítica. Rio de Janeiro: Laps, 2008.
- BISNETO, José Augusto. Serviço Social e Saúde Mental: uma análise institucional da prática. Cortez, São Paulo, 2011.
- ROBAÍNA, C. M. V. O trabalho do serviço social nos serviços substitutivos de saúde mental. Serviço Social e Sociedade, São Paulo, Cortez, n. 102, abr./jun. 2010.
- SELIGMANN-SILVA. Desgaste mental no trabalho dominado, 2. ed. rev. e amp. São Paulo: Cortez, 2011.
- BRASIL (2005) Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. DAPE. Coordenação Geral de Saúde Mental. Reforma psiquiátrica e política de saúde mental no Brasil. Documento

apresentado à Conferência Regional de Reforma dos Serviços de Saúde Mental: 15 anos depois de Caracas. OPAS. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/Relatorio15_anos_Caracas.pdf>. Acesso em 07 de Janeiro de 2013.

SERVIÇO SOCIAL, LEGISLAÇÃO E DIREITOS ESPECIAIS

EMENTA: Estudo e discussão das principais legislações brasileiras relacionadas a campos de intervenção do Serviço Social destacadamente ao Sistema Único de Saúde (SUS), Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS - Estatuto do Idoso, Lei Maria da Penha e Lei Orgânica da Previdência.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

COSTA, Ana Paula Motta. As Garantias Processuais e o Direito Penal Juvenil: como limite na aplicação da medida socioeducativa de internação. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2002.

LAZZARINI, Marilene et al e RIOS, Josué e NUNES Jr, VIDAL Serrano Nunes. Código de Defesa do Consumidor comentado. São Paulo: IDEC, 2001.

MACHADO, Martha Toledo. A Proteção Constitucional de Crianças e Adolescentes e os Direitos Humanos. Rio de Janeiro: Manole, 2001.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

COLIN, Denise Ratmann Arruda & FOWLER, Marcos Bittencourt. LOAS: Lei Orgânica da Assistência Social anotada. São Paulo: Veras, 1999.

SIMÕES, Carlos. Curso de direito do Serviço Social. São Paulo: Cortez, 2008. 2. ed. rev. e atual.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA - CFP, CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL – CFESS. Parâmetro para Atuação de Assistentes Sociais e Psicólogos(as) na Política de Assistência. Brasília, CFP/CFESS, 2007. 52 p. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/publicacoes_livros.ph>

SISTEMA DE PROTEÇÃO SOCIAL PARA A INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA

EMENTA:

História social da infância no Brasil. Análise da questão da infância a partir da construção de sua historicidade. O sistema de proteção à infância e adolescência no contexto da normativa internacional e seus rebatimentos na legislação brasileira e a intersectorialidade com as políticas sociais brasileiras. O Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA. A atuação do Serviço Social para efetivação dos para das políticas de atendimento a criança e adolescentes.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ARIÈS, Philippe. *História social da criança e da família*. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2006.

BIASOLI-ALVES, Zelia Maria Mendes; FISCHMANN, Roseli (Org.). *Crianças e adolescentes: construindo uma cultura da tolerância*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001. 220 p. (Coleção Seminários 5; Serie Ciência, Cientistas e Tolerância 1).

TRASSI, Maria de Lourdes. *Adolescência-violência: desperdício de vidas*. São Paulo: Cortez, 2006.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BAZILIO, Luiz Cavalieri; KRAMER, Sonia. *Infância, educação e direitos humanos*. São Paulo: Cortez, 2003. 135 p. ISBN: 8524909358. 2ex

BRASIL. Ministério da Saúde; Secretaria de Assistência à Saúde. *Notificação de maus-tratos contra crianças e adolescentes: um passo a mais na cidadania em saúde*. 2.ed. Brasília: Editora MS, 2002. 47 p. (Série A. Normas e Manuais Técnicos). Disponível em:<http://dtr2001.saude.gov.br/editora/produtos/livros/popup/02_0196.htm>. Acesso em 17 de maio 2011.

COSTA, Antônio Carlos Gomes a Costa; MENDEZ, Emílio Garcia. *Das necessidades aos direitos*. São Paulo: Malheiros, 1994.

PLANO Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto juvenil. Brasília, DF: SEDH/DCA, 2002. (Coleção Garantia de Direitos. Série Subsídios; tomo V)

SILVA, Roberto. *Os filhos do governo: a formação da identidade criminosa em crianças órfãs e abandonadas*. Rio de Janeiro: Ática, 1997.

9. METODOLOGIA UTILIZADA PELO CURSO

Os princípios metodológicos de uma Instituição de Ensino Superior devem estar norteados por sua missão e conduzir à obtenção do perfil desejado do egresso. Em vista disto, adota-se uma proposta metodológica que privilegia a profissionalização do aluno, sem, no entanto, deixar de formar cidadãos críticos e capazes de pensar e estabelecer, de forma autônoma, soluções inovadoras, não só para a organização em que trabalha, como também para a comunidade em que vive e a sociedade de um modo geral.

O processo de ensino-aprendizagem é composto por quatro elementos da realidade que devem ser considerados: o aluno, o professor, o conteúdo e as variáveis ambientais, ligadas às características da IES. Cada um desses elementos exerce uma rede de influências sobre os demais, ligando-os e alterando suas características. Ao se considerar cada elemento, entende-se que o discente é o agente participante ativo do processo de ensino-aprendizagem, que o corpo docente é o orientador no processo e que o conteúdo adequado é a base da captação e compreensão para a formação do discente.

A prática de ensino desenvolvida em sala de aula, por mais diversificada que seja, deve privilegiar o princípio de que a aquisição do conhecimento é um processo a ser compreendido como decorrente das trocas que os discentes estabelecem na interação com o seu meio social, profissional e cultural, cabendo ao professor ser mediador desse processo, articulando as trocas, tendo em vista o desenvolvimento do senso crítico do aluno. Dentro desta perspectiva, podemos levar em consideração alguns quesitos importantes para a formação profissional do aluno:

- Propiciar condições para que sejam desenvolvidas atividades em equipes;
- Favorecer a autonomia de aprendizagem, visando não apenas ao aprender a fazer, mas, sobretudo, ao “aprender a aprender”;
- Propiciar ao graduando o desenvolvimento das competências e habilidades necessárias para sua inclusão no mercado de trabalho;
- Assegurar ao professor a autonomia no seu trabalho, privilegiando o diálogo.

No que se refere aos métodos de ensino, vale dizer que eles são as formas através das quais os professores trabalharão os diversos conteúdos, com a finalidade de atingir os objetivos propostos no projeto pedagógico.

De modo específico, no curso de Serviço Social, pela sua formação generalista, são trabalhadas distintas metodologias e distintos recursos de ensino-aprendizagem, de acordo com as necessidades e as especificidades de cada disciplina. Como exemplos podem ser citados o método expositivo dialogado de aula presencial, o estudo dirigido, as dinâmicas de grupo, os estudos de caso, jogos e simulações, debates, encenações teatrais, entre outros. Busca-se a utilização de métodos de ensino que privilegiem a iniciativa, a criatividade, o trabalho dos alunos em equipe na busca da fundamentação teórica e de soluções práticas para os problemas organizacionais.

Para atender a proposta, faz-se necessária a disponibilização dos meios facilitadores do processo de ensino-aprendizagem. Entendemos que os meios de ensino são os recursos materiais portadores de informação que, utilizados por professores e alunos, sob determinadas condições previamente planejadas, facilitam a comunicação docente e o aprendizado. Como recurso de meios, podemos citar o aparato tecnológico oferecido pela IES que disponibiliza recurso audiovisuais e laboratório de informática.

O colegiado do curso deve acompanhar e avaliar constantemente o desempenho dos discentes para garantir a melhoria na qualidade do processo de ensino-aprendizagem e também as questões relacionais que configuram a vida universitária. As dificuldades, quando detectadas, podem contar com o apoio do Programa de Assistência e Apoio Psicológico e Psicopedagógico ao Educando (PROAPE).

10. FLEXIBILIZAÇÃO CURRICULAR/INTERAÇÃO COM OUTROS CURSOS

A flexibilização curricular é entendida como um conjunto de atividades que têm como objetivo incluir espaços acadêmicos que favoreçam a articulação da teoria com a prática profissional, da pesquisa com a intervenção social, e ao mesmo tempo estimular o aluno a construir seu próprio percurso acadêmico, através da escolha de atividades que estejam em consonância com seus interesses e projeto profissional, sem, contudo, comprometer o núcleo básico de sua formação.

Neste sentido, as atividades acadêmicas complementares consistem em toda e qualquer atividade extrassala de aula, que sejam de aprofundamento e/ou ampliação da formação profissional dos alunos de graduação, que guardem correlação ou conexão com a área de conhecimento do curso e são utilizadas como estimuladoras do desenvolvimento político, cultural e científico dos discentes.

As práticas acadêmicas, extraclasse, são incentivadas desde o ingresso do aluno na instituição. O colegiado incentiva, mobiliza e organiza atividades e eventos interdisciplinares com os outros cursos da unidade local e das outras unidades da UEMG que ofertam o curso de Serviço Social. A coordenação mantém uma correspondência direta, por e-mail, com os alunos e professores dos eventos e acontecimentos de interesse para a formação profissional.

11. SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO DISCENTE

Conforme disposto no artigo 34, da Seção VI, do Regimento Geral da UEMG, que trata da Avaliação do Rendimento Escolar, esta é feita em cada disciplina, em função do aproveitamento verificado em provas e trabalhos decorrentes das atividades exigidas do aluno.

É assegurado ao estudante o direito de revisão de prova e trabalhos escritos, desde que requerida no prazo estipulado pela Unidade Acadêmica e esta revisão deve ser feita, de preferência, na presença do aluno.

É obrigatório o comparecimento do aluno às aulas e às demais atividades previstas, sendo que o aluno que não tiver frequentado pelo menos 75% (setenta e cinco por cento) das atividades escolares programadas estará automaticamente reprovado.

A avaliação do rendimento em cada disciplina é feita por pontos cumulativos, em uma escala de zero (0) a cem (100) e nenhuma avaliação parcial do aproveitamento pode ter valor superior a quarenta (40) pontos.

Apurados os resultados finais de cada disciplina é considerado aprovado o aluno que alcança 60 (sessenta) pontos, no mínimo, e apresenta frequência satisfatória.

12. PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA E APOIO PSICOLÓGICO E PSICOPEDAGÓGICO AO ESTUDANTE – PROAPE

Conhecendo a multiplicidade de fatores que influenciam na aprendizagem e no rendimento dos alunos, pode-se observar que muitos deles estão sujeitos a dificuldades para aprender em algum momento da vida acadêmica. Para promover um ensino de qualidade e adequada permanência dos alunos no Curso, é necessário que este seja ambiente propício para formação de futuros profissionais. Sendo assim, faz-se necessário investimentos em várias frentes. Uma delas é que haja uma política de assistência psicológica e psicopedagógica aos estudantes com olhar diferenciado, contextualizado e sistêmico.

O Núcleo de Apoio Acadêmico e Social ao Estudante - NAE é o setor responsável pelas ações de apoio acadêmico e social aos discentes dos cursos oferecidos na Unidade Acadêmica de Divinópolis da Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG.

Através do Programa de Assistência e Apoio Psicológico e Psicopedagógico ao Estudante - PROAPE, o NAE presta assistência e apoio psicológico, social e psicopedagógico ao estudante, como garantia de sua inserção e permanência na vida acadêmica do ensino superior, oferecendo-lhe a oportunidade de discutir questões determinadas pelo momento de vida em que se encontram e promover estratégias de solução, constituindo-se como um espaço de apoio e acompanhamento dos mesmos, de acordo com as suas necessidades, desde o momento que ingressam no ensino superior até a conclusão dos estudos.

O atendimento envolve aspectos voltados para: o acolhimento acadêmico, o processo ensino-aprendizagem, o apoio às ações extraclasse, dificuldades pessoais, relações sócio-familiares, decisões profissionais, seja por demanda espontânea ou por encaminhamento da coordenação do Curso.

A equipe do PROAPE/NAE realiza suas ações através de uma gestão descentralizada, com a participação dos Coordenadores dos Cursos, Supervisores de Estágios, professores dos diversos cursos e outros setores da Instituição.

A assistência ao discente acontece através de atividades em três esferas:

- Prevenção e promoção de saúde mental.
- Diagnóstico das dificuldades psicossociais e psicopedagógicas, bem como de conflitos vivenciados pelos discentes.
- Atendimento psicológico, social e psicopedagógico, promovendo encaminhamentos necessários ao seu tratamento.

Para o desenvolvimento do PROAPE, o NAE conta com os seguintes profissionais: psicólogo; psicopedagogo; pedagogo; assistente social. Quando necessário, conta também com alunos estagiários e monitores dos cursos.

Dentre as ações já desenvolvidas pelo PROAPE, destacam-se:

- Acolhimento aos alunos ingressantes para apresentação do PROAPE e participação nas aulas inaugurais.
- Oficinas de Integração para os alunos dos primeiros períodos, realizadas em salas de aula.
- Levantamento das dificuldades apresentadas pelos alunos, através de questionários ou informações dos coordenadores de curso.
- Plantões para acolhimento e encaminhamento de alunos (de forma espontânea ou encaminhados pelos coordenadores de curso).
- Ciclo de palestras, com temas que favorecem a inserção e permanência dos alunos na vida acadêmica.

- Workshops, realizadas em sábados letivos, que priorizam o autoconhecimento e o desenvolvimento das relações humanas.
- Cursos ministrados por professores ou alunos dos períodos mais avançados, como por exemplo: Curso de Leitura, Interpretação e Redação de Textos Acadêmicos; Curso de Contadores de Histórias.
- Grupos de reflexão sobre temas e dificuldades acerca do cotidiano dos alunos em sua vida acadêmica.
- Assistência e apoio por demanda específica de aluno ou de turma.

13. FORMAS DE FUNCIONAMENTO DO COLEGIADO DO CURSO

As reuniões são coordenadas pela coordenação de curso e registradas em ata de reunião que posteriormente é assinada por todos aqueles que estiveram presentes. São mensais e é permitida a ausência em duas reuniões por semestre, desde que justificada com antecedência pelos professores.

Sempre no início dos semestres, é feita a reunião de planejamento do semestre, na qual são apresentados os programas de curso e definidos os trabalhos interdisciplinares, atividades extraclases e eventos do curso. Em contrapartida, ao final de cada semestre, é feita reunião de avaliação e adequações para o semestre seguinte.

A partir de 2016, após a definição da organização da Unidade Acadêmica de Divinópolis, que está sendo discutida em função da absorção pela UEMG, a estrutura e funcionamento do Colegiado de Curso serão adaptados ao disposto no Estatuto da Universidade.

Todavia, até a definição da estrutura acadêmica da unidade todos os professores participam das discussões relativas ao desenvolvimento das atividades pedagógicas, metodologias de ensino e adequações necessárias. Também são chamados a participar os representantes do corpo discente, este sim, em conformidade com o estatuto da UEMG.

É um órgão tanto consultivo, deliberativo e também propositivo, que debate questões acadêmicas propostas pelo NDE, tais como: trabalhos interdisciplinares; indicação de atividades complementares, extensionistas e de pesquisa; temáticas definidas para as Semanas Acadêmicas; formato e temática dos trabalhos interdisciplinares, sugestão de visitas técnicas,

parcerias e convênios.

Nesse órgão também são repassadas informações importantes sobre a administração acadêmica relativas à Instituição, ao Curso, aos docentes e também discentes.

O coordenador estabelece a pauta das reuniões, mas tanto os docentes quanto os discentes podem solicitar à coordenação pontos de pauta.

Assim, funciona como um importante espaço de comunicação e interlocução do Curso. As decisões são tomadas a partir da maioria dos votos, e o voto é individual e com peso igual, inclusive do representante discente.

Reúnem-se ordinariamente duas vezes por semestre.

14. NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE

O NDE do Curso de Serviço Social é composto por cinco docentes do colegiado do curso e cumpre um importante papel de acompanhar a implementação do PPC pautado por um olhar de totalidade da formação em Serviço Social, e tendo em vista os objetivos e configuração do perfil do egresso.

São atribuições do Núcleo Docente Estruturante:

- I– contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso;
- II– zelar pela integração interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes no currículo;
- III– identificar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, oriundas de necessidades da graduação, de exigências do mercado de trabalho e afinadas com as políticas públicas; relativas à área de conhecimento do curso;
- IV– zelar pelo cumprimento das diretrizes Curriculares para os Cursos de Graduação;
- V– encaminhar, para apreciação do Colegiado de Curso, os estudos e propostas construídas.

Todas as definições do NDE são submetidas à aprovação do Colegiado do Curso.

15. COORDENAÇÃO DO CURSO

A coordenação do curso é exercida por um docente, com mandato de 2 (dois) anos, sendo permitida a recondução por igual período.

O coordenador de curso tem a competência de administrar o curso de maneira que viabilize o processo educacional a que se propõe. Dentre suas atividades está o assessoramento pedagógico ao professor, orientação didática pedagógica ao discente, organização de políticas educacionais para o curso, elaboração e despacho de documentos oficiais e normatizadores, realizar o intercâmbio entre as decisões superiores e membros docentes e discentes sempre em consonância com as políticas institucionais e com a legislação pertinente, assim com o Conselho do curso.

16. INFRAESTRUTURA PARA O FUNCIONAMENTO DO CURSO

16.1. Infraestrutura física da Unidade Acadêmica

BLOCO 1

- 7 salas de aula
- Arquivo Inativo do Registro Acadêmico
- Biblioteca.
- Laboratório de Informática I
- Serviços Gerais e Transporte
- Setor de Tecnologia da Informação

BLOCO 1 – 2º andar

- 7 salas de aula
- Diretório Acadêmico.
- Laboratório de Informática 2

BLOCO 2

- 11 salas de aula
- Coordenação dos cursos de Enfermagem e Educação Física - Bacharelado.

- Coordenação dos cursos de Licenciatura
- Sala de Professores
- Xerox

BLOCO 3

- 15 salas de aula
- Assessoria Jurídica
- Setor de Compras
- Setor de Patrimônio e Almojarifado

BLOCO 4

- Assessoria de Comunicação
- Centro de Memória
- Centro de Referência Técnica em Pós-graduação, Pesquisa e Extensão
- Coordenação dos cursos de Comunicação Social, Fisioterapia, Psicologia, Serviço Social, Engenharias
- Laboratório de Informática 4
- Laboratórios de Fotografia, Rádio e TV
- Núcleo de Educação a Distância/Laboratório de Informática 3
- Uaitec

BLOCO 5

- 11 salas de aula

BLOCO 5 – 2º andar

- 9 salas de aula
- Sala de Desenho.

BLOCO 6 - Laboratórios

- Anatomia Humana

- Engenharia
- Engenharia da Computação
- Física (1 e 2)
- Microbiologia e Fisiologia
- Microscopia
- Química
- Zoobotânica
- Setor de Apoio aos Laboratórios.

BLOCO 7

- Arquivo Inativo
- Contadoria
- Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas
- Setor Financeiro

BLOCO 8 - Laboratórios

- Fisiologia do Exercício
- Ginástica e Dança
- Saúde (1 e 2)

BLOCO 9

- Auditório

BLOCO 10

- Laboratório de Engenharia da Computação

BLOCO ADMINISTRATIVO

- Centro Técnico-Pedagógico (CTP)
- Cozinha

- Diretoria Acadêmica
- Lanchonete
- Diretoria Administrativa
- Protocolo
- Registro Acadêmico
- Registro de Diploma

16.2. Registro Acadêmico

O registro acadêmico é feito através do sistema GIZ, que é um software de gestão educacional. Permite um controle total e integrado das áreas acadêmica, administrativa e pedagógica. O sistema atualmente é utilizado por funcionários dos seguintes setores: Tecnologia da Informação, Registro Acadêmico, Centro Técnico Pedagógico, COPAA, Diretoria Acadêmica e todas as coordenações de cursos.

Principais funcionalidades:

- Cadastro de usuários, parâmetros, unidades, cursos, professores, turmas, situação (suspensão), faixa de horário de entrada, feriados, dias letivos, funcionários e turnos.
- Efetua a matrícula de alunos.
- Cadastra e registra a situação do aluno: trancamentos, transferências, cancelamentos, desistências de curso.
- Cadastro de horários das aulas das disciplinas, possibilitando a emissão das folhas de ponto dos professores.
- Relatórios: frequência diária, alunos ausentes, alunos por turma, verificação de ponto, mapa de frequência.
- Apura automaticamente o resultado acadêmico dos alunos, com geração do histórico escolar.
- O sistema permite que o cálculo do resultado acadêmico seja feito através da média global das disciplinas ou média por área de conhecimento.
- Emissão de histórico escolar, diário de classe, ficha de matrícula, ficha do aluno, boletim, contratos, declarações, atestados e outros documentos em modelo padrão ou personalizado.
- Envio de e-mails/mensagens para alunos e professores.

- Gerador de documentos como relatórios, declarações, certificados, recibos, diplomas, atestados.
- Controle de acesso e usuários do Sistema.
- Sistema de auditoria e de controle dos dados criados, alterados ou excluídos.

O portal do sistema GIZ *on-line* (WebGiz) é acessado e utilizado por todos os alunos e professores através do site da Unidade Acadêmica de Divinópolis com as seguintes funcionalidades:

PORTAL DO ALUNO:

- Acesso ao boletim de notas e ocorrências disciplinares.
- Visualização do histórico escolar resumido.
- Visualização de gráficos de desempenho aluno x turma.
- Visualização de conteúdo das aulas.
- Conferência dos resultados de avaliações.
- Verificação de frequência.
- Recebimento de mensagens.
- Efetivação da matrícula *on-line*.
- Impressão do comprovante de matrícula.
- Visualização dos dados cadastrais.

PORTAL DO PROFESSOR:

- Lançamento/cadastramento de avaliações e notas.
- Lançamento/cadastramento de aulas, conteúdo das aulas e faltas.
- Lançamento de Plano de Ensino.
- Impressão do diário de classe.
- Cadastramento ocorrências.
- Envio/recebimento de mensagens.

16.3. Biblioteca

A Biblioteca “Prof. Nicolaas Gerardus Plasschaert” tem como finalidade prestar serviços de apoio às atividades de ensino, pesquisa e extensão para alunos, professores e pesquisadores na

busca de informações e conhecimentos necessários para essas atividades, bem como garantir a armazenagem conveniente do acervo sob sua responsabilidade. Além de atender a comunidade acadêmica, atende a comunidade em geral para pesquisa local.

Horário de Funcionamento: De segunda a sexta-feira de 7:00 às 22:00 / Sábado de 8:00 às 12:00

Área física da Biblioteca: A Biblioteca está localizada no 1º andar, Bloco 1 e ocupa uma área de 423 m²

Acervo

O acervo da Biblioteca é cadastrado em Base de Dados. A biblioteca usa o formato MARC 21 (*Machine Readable Cataloging*) como formato padrão para registros bibliográficos, e o conjunto de soluções InfoISIS para gestão do acervo e processos técnicos utilizando, atualmente, a estrutura de servidor específico para Banco de Dados MSSQL. O sistema gerencia toda a automação de informações de empréstimos, inclusive informações estatísticas. Possibilita, pela internet, além de consulta ao acervo das bibliotecas, renovação de empréstimos e reserva de livros.

O acervo da bibliografia básica e da bibliografia complementar está disponível, por unidade curricular, e procura atender a quantidade média de alunos de acordo com a qualidade de desenvolvimento das pesquisas e consultas pedagógicas.

Bibliografia BÁSICA		Bibliografia COMPLEMENTAR		Total	
Títulos	Exemplares	Títulos	Exemplares	Títulos	Exemplares
120	557	157	554	277	1.111

BIBLIOTECA on-line:

Através do acesso **BIBLIOTECA** no *site* da Unidade Acadêmica de Divinópolis é possível consultar o acervo. Além dos principais pontos de recuperação de informações (autor, título e assunto) oferece facilidades para acesso às informações *on-line* em bases de dados, sites e portais de interesse acadêmico, bibliotecas universitárias, redes cooperativas de informação e banco de teses e dissertações; *links* de acesso rápido, que disponibilizam Periódicos

Científicos. Na *homepage* da Biblioteca, no canto superior esquerdo, clicar na opção *Links* e no nome do curso ou assunto para ter acesso a endereços com informações gerais e bibliográficas de conteúdo específico.

16.4. Redes de Informação

O Setor de Tecnologia da Informação possui hoje um sistema de informação multiusuário que engloba um sistema completo de administração acadêmica e financeira dos alunos, uma rede física de microcomputadores interligados a 10/100 Megabits, com servidores Windows 2003/2008 e Linux ligados 24 horas, disponibilizando conexão de Internet com banda de 20 Mb dedicados, de modo a suprir as necessidades de toda a comunidade acadêmica.

No que se refere ao acesso dos alunos, a IES possui um sistema de gestão educacional que permite controle total e integrado das áreas acadêmica, administrativa e pedagógica, o Sistema GIZ da AIX Sistemas. Este sistema possui uma plataforma virtual onde os alunos e professores conseguem ter acesso a todos os seus dados acadêmicos, como notas, frequência, conteúdos das disciplinas, histórico, entre outros.

Atualmente, a Unidade Acadêmica de Divinópolis possui 164 computadores conectados à internet distribuídos em 6 Laboratórios de Informática. Estes ambientes objetivam proporcionar condições de aprimoramento profissional ao corpo discente, docente e funcionários, além de ser um espaço com recursos tecnológicos preparados com ferramentas para exercícios específicos das disciplinas, buscas e pesquisas acadêmicas através da internet.

Laboratório 1, Sala 103, Bloco 1 – 1º andar

36 computadores (DVDRW - 760 GM - P34 -HD Seagate 1TB -2x DDR3 de 4096MB / 1600 Mhz - Processador AMD Phenom II X4 - 2.8Ghz)

01 Switch 48 p/ Gerenciável

01 Rack

01 Ar-condicionado

Laboratório 2, Sala 126, Bloco 1 – 2º andar

40 computadores Intel Core i5 com 8Gb RAM e HD de 500Gb

01 Switch 48 p/ Gerenciável

01 Rack

Laboratório 3, Sala 405, Bloco 4

40 computadores (DVDRW - 760 GM - P34 -HD Seagate 1TB -2x DDR3 de 4096MB / 1600 Mhz - Processador AMD Phenom II X4 - 2.8Ghz)

01 Rack

01 Ar-condicionado

Laboratório 4, Sala 413, Bloco 4

20 computadores (DVDRW - 760 GM - P34 -HD Seagate 1TB -2x DDR3 de 4096MB / 1600 Mhz - Processador AMD Phenom II X4 - 2.8Ghz)

01 Switch 24 p/ Gerenciável

01 Projetor

01 Ar-condicionado

Laboratório 5, Bloco 10

22 computadores – Core i7 - 16GB de memória – 1TB HD

Laboratório 6, Bloco 10

6 computadores – Core i5 - 7GB de memória – 1TB HD

01 Rack

17. INSTRUMENTOS NORMATIVOS DE APOIO

Código de Ética Profissional do/a Assistente Social

Texto aprovado em 13/3/1993, com as alterações introduzidas pelas Resoluções CFESS nº290/94, 293/94, 333/96 e 594/11.

Lei N.º 8.662, de 7 de Junho de 1993

Dispõe sobre a profissão de Assistente Social, já com a alteração trazida pela Lei N.º 12.317, de 26 de agosto de 2010.

Política Nacional de Estágio em Serviço Social da ABEPSS - Maio de 2010

Elaborado coletivamente, documento traz os princípios norteadores para a realização do estágio em Serviço Social para a formação profissional.

Resolução CNE/CES. nº 2, DE 18 DE JUNHO DE 2007

Dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial.

Resolução CNE/CES nº 15, de 13 de Março de 2002

Estabelece as Diretrizes Curriculares para os cursos de Serviço Social.

Parecer CNE 492/2001

Emite parecer sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Filosofia, História, Geografia, Serviço Social, Comunicação Social, Ciências Sociais, Letras, Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia.

Parecer CNE 1363/2001

Retifica o Parecer CNE/CES n.º 492, de 3 de abril de 2001, que aprova as Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Arquivologia, Biblioteconomia, Ciências Sociais - Antropologia, Ciência Política e Sociologia, Comunicação Social, Filosofia, Geografia, História, Letras, Museologia e Serviço Social.

Diretrizes Curriculares da ABEPSS 1999.

Disponível em: http://www.cfess.org.br/legislacao_parecer.php

Parecer da Comissão de Especialistas, 1997.

Disponível em: http://www.cfess.org.br/legislacao_parecer.php

Padrão de qualidade para cursos de graduação presencial em Serviço Social.

Disponível em: http://www.cfess.org.br/legislacao_parecer.php

18. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABEPSS. Diretrizes curriculares do Curso de Serviço Social. Disponível em: <<http://www.abepss.org.br>>

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. Código de Ética Profissional do Assistente Social, 1993. Social, 19

CFESS – Conselho Federal de Serviço Social. “Serviço Social a caminho do século XXI: O protagonismo ético-político do conjunto CFESS-CRESS”. In: *Serviço Social e Sociedade*, n. 50. São Paulo: Cortez, 1996.

_____ Atribuições Privativas do(a) Assistente Social: em questão. Brasília DF. 2020

BARROS, A. J. P.; LEHFELD, N. A. S. *Fundamentos de Metodologia: um guia para iniciação científica*. São Paulo: McGraw-Hill, 1986.

BARROCO, Maria Lúcia Silva. *Ética e Serviço Social; fundamentos ontológicos*. 3 ed. SP:52 Cortez, 2004.

FALEIROS, Vicente de Paula. *Estratégias em Serviço Social*. 5 ed. SP: Cortez, 2005.

GENTILLI, Raquel. *Representações e práticas; identidade e processo de trabalho no Serviço Social*. SP: Veras, 2006.

IAMAMOTO, Marilda. *O Serviço Social na contemporaneidade*. 9 ed. São Paulo: Cortez, 2005.

MARTINELLI, Maria Lúcia. *Serviço Social – identidade e alienação*. 9 ed. SP: Cortez, 2005.

ANEXO A - REGULAMENTO DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO

CAPÍTULO I

DA ORGANIZAÇÃO E SUBORDINAÇÃO

Art. 1º – O Setor de Estágio em Serviço Social é o setor técnico-pedagógico de formação profissional dos alunos do curso de Serviço Social.

Art. 2º – A coordenação de Estágio está diretamente subordinada à Coordenação de Serviço Social.

Art. 3º – A coordenação será dirigida por um Assistente Social escolhido pelo Coordenador do Curso de Serviço Social, com a confirmação da Direção Acadêmica da unidade.

CAPÍTULO II

DO CONCEITO, DAS FINALIDADES E DOS OBJETIVOS DO ESTÁGIO

Art. 4º – O estágio integra o Núcleo de Fundamentos do Trabalho Profissional.

Art. 5º – O estágio é a base da inserção do estudante no âmbito profissional, é o processo de ensino-aprendizagem para a vivência profissional, alicerçando a teoria na prática, dentro dos princípios éticos da profissão.

Art. 6º – São finalidades do estágio:

1 – Contribuir para a compreensão da unidade teórico-prática;

2 – oportunizar ao aluno a formação de uma atitude ética para o estabelecimento de critérios de ação profissional, cujo valor maior esteja na satisfação das necessidades e defesa dos interesses e direitos da população usuária;

3 – oportunizar ao aluno a formação de uma postura profissional frente as diferentes realidades sociais da intervenção profissional.

Art. 7º – São objetivos do estágio:

1 – Conhecer o exercício profissional e a troca de experiências com profissionais do serviço social;

2 – exercitar o trabalho em equipe;

3 – favorecer o contato com instituições públicas e privadas;

4 – desenvolver o exercício dos princípios éticos da profissão;

5 – proporcionar o conhecimento e vivência da vocação para o trabalho e o exercício profissional;

6 – favorecer o acesso aos usuários do serviço social;

7 – exercitar a capacidade de percepção e análise crítica (conjuntural e estrutural) da realidade do campo de estágio.

CAPÍTULO III

DA SUPERVISÃO ACADÊMICA

Art. 8º - A Supervisão Acadêmica será exercida pelos professores assistentes sociais do Curso de Serviço Social, por área de atuação profissional, junto a supervisores e alunos.

Art. 9º - São atribuições do supervisor acadêmico:

1 – Acompanhar, orientar e avaliar, de forma sistemática, o processo de aprendizagem do aluno, oportunizando uma elaboração de conhecimentos concretos da realidade, bem como o entendimento da relação teoria-prática;

- 2 – conhecer o campo de prática no qual o aluno está inserido para uma supervisão adequada às exigências da formação profissional e do campo de estágio, incluindo visita ao campo, de acordo com programação do semestre;
- 3 – elaborar um programa de supervisão acadêmica, considerando os seguintes conteúdos: a política e regulamento de estágio, o projeto ético-político da profissão, o diagnóstico situacional, os fundamentos legais da área específica e os fundamentos técnicos e metodológicos da atuação profissional;
- 4 – atribuir nota ao aluno, segundo critérios a serem estabelecidos juntamente com a Coordenação do Estágio e do Curso;
- 5 – encaminhar à Coordenação de Estágio, no término do período letivo, uma avaliação do campo de estágio de onde foi orientador.

CAPÍTULO IV DA SUPERVISÃO DE CAMPO

Art. 10º - A supervisão de campo será exercida por Assistente Social em exercício profissional, junto ao acadêmico de serviço social.

Art. 11º - São atribuições do assistente social supervisor de campo:

- 1 – Favorecer a realização de pesquisas que envolvam o campo de estágio;
- 2 – facilitar ao aluno o conhecimento da instituição campo de estágio, com ênfase no trabalho desenvolvido pelo serviço social;
- 3 – disponibilizar dados sobre a instituição, necessários ao conhecimento e desenvolvimento do estágio do aluno;
- 4 – orientar o aluno na inserção do campo de estágio e na elaboração do Plano de Estágio;
- 5 – acompanhar e capacitar o aluno na sua prática institucional e, em casos de situações adversas, contactar imediatamente o supervisor acadêmico;
- 6 – participar de reuniões, cursos e outra atividade relativas á formação profissional promovidos pela Universidade, CRESS/ 6ª Região (BH), dentre outras, buscando garantir sua atualização por meio da educação continuada;
- 7 – anexar sugestões para a Coordenação de Estágio, sendo co-participante do processo ensino-aprendizagem do aluno estagiário;
- 8 – avaliar o aluno estagiário e encaminhar parecer quanti-qualitativo, por escrito ao supervisor acadêmico;
- 9 – realizar supervisão individual e grupal de forma sistemática, estabelecida no Plano de Estágio.

CAPÍTULO V DA DEFINIÇÃO DE ESTÁGIO E HABILITAÇÃO DO SUPERVISOR

Art. 12º - São denominados Campos de Estágio:

- 1 – Organizações privadas, governamentais não governamentais e movimentos sociais que contam com um Assistente Social habilitado às funções de Supervisor de Campo e que estabeleçam convênio com a UEMG para a realização de Estágio Supervisionado;
- 2 – programas, projetos e serviços na área social, desenvolvidos pela Unidade Acadêmica, supervisionados por professor Assistente Social ou Assistentes Sociais habilitados às funções de Supervisor de Campo.

Art. 13º - São exigências para habilitação à função de Supervisor:

- A – Ser Assistente Social em exercício profissional no Campo de Estágio;
- B - ser indicado pelo Campo de Estágio e aceito pelo Setor de Estágio.

Art. 14º - São condições necessárias à abertura de Campo de Estágio:

1. Oferecer condições de atendimento ao artigo 6º;
- 2 – propiciar condições, juntamente com esta Universidade, de atendimento às finalidades do estágio;
- 3 – solicitação, por escrito, por parte das organizações interessadas na abertura do campo, bem como a indicação do número de estagiários;
- 4 – convênio firmado entre a Instituição de Ensino e a Instituição de Estágio;
- 5 – que o Assistente Social supervisor integre a equipe de supervisores junto ao Setor de Estágio;
- 6 – que a organização solicitante tenha no quadro de funcionários, no mínimo, um assistente social habilitado a supervisor, e que:
 - A – Ser Assistente Social em exercício profissional no Campo de Estágio;
 - B – reconheça a condição do estagiário como aluno em formação e não como um funcionário substituto do assistente social;
 - C – aceite compartilhar como co-responsável pela formação do aluno.

CAPÍTULO VI DAS COMPETÊNCIAS DO SETOR DE ESTÁGIO

Art. 15º - O Setor de Estágio tem as seguintes competências:

- 1 – Manter entendimentos e entrosamentos com instituições que atendam aos critérios de definição de campos de estágio para oficializar abertura dos campos de estágio;
- 2 – estabelecer convênios e/ou acordos com essas instituições para oficializar a abertura dos campos de estágio;
- 3 – convocar supervisores para estudo conjunto de assuntos referentes à formação profissional ao estágio prático e em especial aos alunos;
- 4 – encaminhar alunos estagiários para os respectivos campos de estágio oficialmente conveniados ou acordados;
- 5 – acompanhar sistematicamente a atuação técnico-profissional desenvolvida pelos alunos nas instituições campos de estágio;
- 6 – manter assessoria técnica e permanente aos supervisores através de supervisão acadêmica;
- 7 – manter e intensificar o sistema de comunicação entre aluno, supervisor e -coordenação de estágio;
- 8 – promover eventos de caráter formativo para alunos e/ou supervisores;
- 9 – definir, juntamente com os supervisores de campo, os critérios de avaliação dos alunos, nas diversas etapas do estágio, que serão aplicadas pelos supervisores;
- 10 – encaminhar à Coordenação do Curso, os dados relativos ao aproveitamento e outros documentos relacionados à aprovação do aluno no estágio supervisionado no respectivo período letivo.

Art. 16º - Por constituir a prática, instrumento educacional essencial na formação profissional do aluno, serão exigidas no mínimo 360 (trezentos e sessenta) horas de estágio para os alunos do currículo de 2005 e 420 (quatrocentos e vinte) horas de estágio para os alunos do currículo de 2006, distribuídas da seguinte forma:

- A – 5º período: Estágio Supervisionado I: 120 horas um total de 8 créditos
- B – 6º período: Estágio Supervisionado II: 120 horas um total de 8 créditos.
- C – 7º período: Estágio Supervisionado III: 120 horas um total de 8 créditos.

§ 1º – O aluno só poderá se matricular em Estágio Supervisionado II, quando aprovado em Estágio Supervisionado I, e no Estágio Supervisionado III, quando aprovado em Estágio Supervisionado II.

§ 2º – O cumprimento da carga horária deverá ocorrer sistematicamente durante o semestre letivo, não podendo haver concentração da carga horária do estágio.

§ 3º – A aluna em licença maternidade, deverá cumprir o estágio em semestre consecutivo a finalização da licença, considerando que o estágio é atividade prática vivenciada, não podendo ser substituída por atividades domiciliares.

Art. 17º – Será permitido ao aluno, a possibilidade de mais de uma experiência prática, em ordem subsequente, em campos diferentes, no decorrer de sua formação.

A – O aluno não poderá fazer estágio no mesmo setor em que exerça atividade laborativa, mesmo em horário alternado;

B – É de inteira responsabilidade do estagiário o cumprimento da carga horária.

CAPÍTULO VII

DA SELEÇÃO, ENCAMINHAMENTO E PERMANÊNCIA DO ALUNO NO ESTÁGIO SUPERVISIONADO

Art. 18º – A distribuição dos alunos pelos campos de estágio dar-se-á da seguinte forma:

1 – Informação aos alunos pelo Setor de Estágio, a respeito dos campos, vagas disponíveis e cronograma de distribuição;

2 – escolha dos alunos, por ordem de preferência, dos campos que correspondam às suas expectativas e possibilidades;

3 – seleção por parte do supervisor de campo.

Art. 19º – O aluno só poderá ser autorizado a mudar de campo de estágio durante o mesmo período letivo, com o aval da Coordenação do Setor de Estágio, quando, por razões técnicas, administrativas e/ou particulares, se tornar necessária a transferência, avaliadas pela Coordenação de Estágio e de Curso.

CAPÍTULO VIII

DO ALUNO ESTAGIÁRIO EM SERVIÇO SOCIAL

Art. 20º – É considerado aluno estagiário, o acadêmico que estiver matriculado na disciplina de Estágio em Serviço Social I, II ou III.

Art. 21º - São deveres do estagiário:

A – Cumprir a carga horária total de estágio estabelecida em cada disciplina de Estágio em Serviço Social I, II e III;

B – firmar com a entidade concedente de estágio um Termo de Compromisso, que deverá ter como interveniente a Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG.

C – participar das supervisões individuais e grupais e de seminários promovidos pela disciplina de estágio;

D – realizar as atividades estabelecidas no planejamento, que deverá ser formulado junto com o supervisor de campo e acadêmico;

E – cumprir o estágio, levando em conta não só o interesse do aprendizado, mas também o compromisso com a instituição e os usuários do serviço;

F – participar das atividades da instituição campo de estágio, principalmente aquelas relacionadas ao programa ao qual se encontra vinculado;

CAPÍTULO IX

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 22º - As dúvidas e casos omissos surgidos na aplicação deste Regimento serão dirimidas pelo Setor de Estágio e Coordenação de Curso.

Art. 23º - Este Regulamento poderá ser alterado no todo ou parte, por deliberação do Colegiado de Curso.

Art. 24º - O presente regimento entrará em vigor na data da sua aprovação.

ANEXO B - REGULAMENTO DE ATIVIDADES COMPLEMENTARES

1- Os alunos que ingressarem no Curso de Serviço Social da Universidade do Estado de Minas Gerais – (UEMG), unidade de Divinópolis (MG), deverão obrigatoriamente completar treze créditos com de carga horária equivalente a cento e noventa e cinco (195) horas em atividades complementares que apresentem conteúdos pertinentes a formação teórico-prática proposta pelo curso.

1.1 – Os alunos podem realizar atividades complementares desde o 1º semestre de matrícula no curso.

1.2 – As atividades complementares podem ser realizadas a qualquer momento, inclusive durante as férias escolares, desde que respeitados os procedimentos estabelecidos neste Regulamento.

2 – As atividades complementares são práticas acadêmicas de múltiplos formatos, que podem ser realizadas internamente ou externas ao ambiente institucional.

2.1 – O objetivo das atividades complementares é o de contribuir para a formação acadêmica, ampliando o conhecimento teórico-prático e estimular a prática de trabalhos em grupos, em horários extraclasse.

2.2 – Fica expressamente vedada a prática de atividades complementares durante os horários das aulas, salvo se o acadêmico optar em realizar tal atividade e obter falta no horário da aula.

3 – As atividades complementares que podem ser reconhecidas para efeitos de aproveitamento de carga horária são as seguintes:

QUADRO I – Distribuição das atividades complementares e respectivas cargas horárias:

Atividades	Carga Horária
Cursos de extensão	Até 40 horas
Palestras, seminários, congressos, conferências, ciclos de debates, oficinas, mesas redondas, jornadas, fóruns	Até 50 horas
Participação em grupos de iniciação científica/estudos orientados por professor da UEMG	Até 40 horas
Publicação individual ou coletiva de produção científica (artigos, ensaios, livros, capítulos de livros, etc.)	Até 50 horas
Apresentação de comunicações científicas	Até 50 horas
Apresentação de trabalhos de pesquisa científica no formato de painéis ou pôsteres	Até 30 horas
Exercício de monitoria	Até 30 horas
Matrícula em disciplinas de outros cursos, com comprovação de presença e notas;	Até 50 horas
Participação em programas ou projetos de extensão comunitária	Até 40 horas
Exercício de mandato completo em diretórios acadêmicos ou ligas estudantis	Até 20 horas
Cursos de idiomas	Até 30 horas
Cursos de informática	Até 30 horas

Atividades	Carga Horária
Participação em defesas públicas de dissertação de mestrado ou tese de doutorado na área do curso de graduação	Até 40 horas
Visitas técnicas supervisionadas por professor	Até 40 horas

3.2 – Deverá ser respeitado o limite de carga horária por cada atividade complementar descrita acima.

4 – Ficam estabelecidas as seguintes exigências para o aproveitamento das atividades complementares:

Atividades	Requisitos de comprovação
Cursos de extensão	Certificado de participação
Palestras, seminários, congressos, conferências, ciclos de debates, oficinas, mesas redondas, jornadas, fóruns	Certificado de presença
Participação em grupos de iniciação científica/estudos orientados por professor da UEMG	Relatório do Professor Orientador
Publicação individual ou coletiva de produção científica (artigos, ensaios, livros, capítulos de livros, etc.)	Artigo publicado
Apresentação de comunicações científicas	Certificado da apresentação
Apresentação de trabalhos de pesquisa científica no formato de painéis ou pôsteres	Certificado da apresentação
Exercício de monitoria	Relatório do Professor orientador
Matrícula em disciplinas de outros cursos, com comprovação de presença e notas;	Certificado de realização
Participação em programas ou projetos de extensão comunitária	Apresentação do certificado
Exercício de mandato completo em diretórios acadêmicos ou ligas estudantis	Apresentação da ata de posse e desligamento
Cursos de idiomas	Apresentação de certificado
Cursos de informática	Apresentação de certificado
Participação em defesas públicas de dissertação de mestrado ou tese de doutorado na área do curso de graduação	Declaração de presença e relatório
Visitas técnicas supervisionadas por professor	Atestado de presença

5 – Ficam estabelecidas as seguintes exigências para o cômputo da carga horária das atividades complementares:

Atividade	Valor/hora
Cursos de extensão	Carga horária estabelecida no certificado
Palestras, seminários, congressos, conferências, ciclos de debates, oficinas, mesas redondas, jornadas, fóruns	Carga horária estabelecida no certificado
Participação em grupos de iniciação científica/estudos orientados por professor da UEMG	Carga horária estabelecida no relatório do professor
Publicação individual ou coletiva de produção científica (artigos, ensaios, livros, capítulos de livros, etc.)	20 horas para cada publicação individual e 05 horas para cada publicação coletiva
Apresentação de comunicações científicas	10 horas para cada apresentação de comunicação científica
Apresentação de trabalhos de pesquisa científica no formato de painéis ou pôsteres	05 horas para cada apresentação de painel ou pôster
Exercício de monitoria	Carga horária estabelecida no relatório do professor
Matrícula em disciplinas de outros cursos, com comprovação de presença e notas;	Carga horária estabelecida no certificado
Participação em programas ou projetos de extensão comunitária	Carga horária estabelecida no certificado
Exercício de mandato completo em diretórios acadêmicos ou ligas estudantis	10 horas para cada mandato
Cursos de idiomas	Carga horária estabelecida no certificado
Cursos de informática	Carga horária estabelecida no certificado
Participação em defesas públicas de dissertação de mestrado ou tese de doutorado na área do curso de graduação	10 horas em cada defesa
Visitas técnicas supervisionadas por professor	Carga horária estabelecida no certificado

6 – O controle acadêmico do cumprimento da carga horária referente às atividades complementares é de responsabilidade do Coordenador do Curso a quem cabe avaliar a documentação exigida para validação da atividade.

6.2 – O Coordenador do Curso poderá indeferir a atividade complementar cuja documentação esteja incompleta ou insatisfatória.

6.3 – Os comprovantes (fotocópias do original) apresentados pelos alunos serão devolvidos a estes após análise pelo Coordenador do Curso.

7 – Os alunos que ingressarem no Curso por meio de transferência ficam também sujeitos ao cumprimento da carga horária de atividades complementares, podendo solicitar à Coordenação do Curso o cômputo de parte da carga horária atribuída pela instituição de origem, desde que contemplem as diretrizes deste Regulamento.

8 – Os casos omissos serão resolvidos pelo Colegiado do Curso.

ANEXO C - REGULAMENTO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

Artigo 1º O presente Regulamento fundamenta-se no Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social da UEMG – unidade de Divinópolis (MG) o qual determinou a elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) como parte integrante da grade curricular do curso de Serviço Social. Consiste em uma pesquisa científica de tema afim ao Serviço Social que objetiva o aprimoramento e integração dos conhecimentos e conteúdos do curso, visando à atuação profissional.

Artigo 2º O TCC está previsto na Resolução CNE/CES nº 15 de 13/03/2002. É uma exigência curricular para a obtenção do diploma de bacharel em Serviço Social, deve ser entendido como um momento de síntese e expressão da totalidade da formação profissional elaborado individualmente ou dupla e será apresentado na modalidade de artigo científico.

§ 1º Deve representar a sistematização do conhecimento resultante de indagações construídas ao longo do processo de formação profissional, inclusas as experiências de estágio.

§ 2º Caracteriza-se como um exercício de reflexão resultando numa produção investigativa em Serviço Social transformada em artigo científico.

CAPÍTULO II DOS OBJETIVOS

Artigo 3º O Trabalho de Conclusão de Curso tem os seguintes objetivos:

Objetivo Geral:

Habilitar o aluno à adequada elaboração de pesquisas e trabalhos científicos.

Objetivos específicos:

- a) desencadear nos alunos uma postura profissional investigativa ante a realidade social e a práxis do Serviço Social;
- b) desenvolver estudo teórico e pesquisa de campo sobre um determinado tema da realidade social, contextualizando e apreendendo-o criticamente;
- c) analisar, explicar e avaliar aspectos da realidade social, a partir de estudo, propondo novas alternativas de atuação do Serviço Social;
- d) desenvolver habilidade e domínio da comunicação escrita e oral para apresentação pública do tema da pesquisa.

CAPÍTULO III DAS DISCIPLINAS

Artigo 4º O TCC, feito sob a coordenação de um professor orientador assistente social, iniciará seu desenvolvimento nas disciplinas Pesquisa em Serviço Social I e II e sua construção final nas disciplinas TCC I e II, no 7º e 8º períodos, respectivamente.

§ 1º Os temas do TCC serão escolhidos pelos alunos em concordância com o professor(a)-orientador(a), observando-se a construção de referencial de interpretação da realidade social a partir da questão social.

CAPÍTULO IV DAS ATRIBUIÇÕES DOS ÓRGÃOS ENVOLVIDOS

Artigo 5º Compete a Coordenação do curso, tomar, em primeira instância, todas as decisões e medidas necessárias, cumprindo e fazendo cumprir as normas especificadas neste regulamento.

Artigo 6º Compete ao NDE (Núcleo Docente Estruturante) e ao Colegiado do Curso emitir parecer sobre atos, procedimentos e processos acadêmicos ou situações omissas, em grau de recurso.

Artigo 7º Compete ao Coordenador de TCC, propor medidas que visem o aprimoramento das atividades do TCC;

CAPÍTULO V DA COORDENAÇÃO DA BANCA DE QUALIFICAÇÃO E DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Artigo 8º A coordenação dos processos que envolvem o TCC será exercida pela Coordenação de Curso.

Artigo 9º Compete ao coordenador de Curso:

- a) – Acompanhar, junto aos professores-orientadores, o andamento dos trabalhos, de acordo com as condições estabelecidas nestas normas;
- b) – Estabelecer e divulgar o calendário da banca de qualificação e da banca de TCC para andamento das etapas das pesquisas, elaboração e apresentação dos trabalhos;
- c) – Promover, para a comunidade acadêmica, a divulgação das informações relativas ao desenvolvimento do TCC, bem como as datas e horários das bancas de qualificação e de defesa.

CAPÍTULO VI DO PROFESSOR ORIENTADOR

Artigo 10º O TCC será desenvolvido sob a orientação dos professores pertencentes ao quadro docente do curso de Serviço Social.

Artigo 11º O professor(a)-orientador(a) será definido preferencialmente de acordo com a área temática de interesse do professor e do aluno.

Artigo 12º Somente poderá ocorrer troca de orientador quando houver substituição dos professores das disciplinas TCC I e II.

Artigo 13º Compete ao professor(a)-orientador(a):

- I – Orientar a elaboração dos projetos e trabalhos sob sua responsabilidade de forma sistemática e planejada;
- II – Presidir as Bancas de Qualificação e de Defesa do TCC sob sua orientação;
- III – Assinar acompanhado dos membros das Bancas de Qualificação e de Defesa, a ficha de avaliação da apresentação do TCC;
- IV – Cumprir e fazer cumprir as normas vigentes.

CAPÍTULO VII DOS ALUNOS EM FASE DE ELABORAÇÃO DO TCC

Artigo 14º É considerado aluno apto à elaboração do TCC, aquele regularmente matriculado nessa disciplina observando a questão do pré-requisito, neste caso, a aprovação nas disciplinas de Pesquisa I e II.

Artigo 15º São deveres do aluno em fase de elaboração do TCC:

- I – Frequentar as disciplinas de TCC I e II, no mínimo 75% respectivamente.
- II – Cumprir os prazos divulgados pela Coordenação de TCC para a entrega do trabalho.
- III – Elaborar a versão final do TCC, atendendo ao que dispõe a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).
- IV – Entregar à Coordenação de TCC, com 20 (vinte) dias que antecedem a data da apresentação oral, três cópias de seu TCC em espiral, para apreciação das Bancas de

Qualificação e de Defesa, após a liberação em documento oficial do professor(a)-orientador(a).

V – Comparecer em dia, hora e local determinado para apresentação da pesquisa, em banca de qualificação e de defesa previamente convocada.

VII – A apresentação do TCC será registrada na ficha de avaliação e assinada pelos membros da Banca, a qual determinará a média final.

VIII – Após a aprovação na Banca de Defesa, encaminhar à Coordenação do curso, no prazo de 10 dias, uma cópia, em CD, dos trabalhos que tenham atingido no mínimo 80 pontos, para serem arquivados na biblioteca.

CAPÍTULO VIII DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Artigo 16º A estrutura do TCC apresentado na modalidade de artigo científico, deverá apresentar a seguinte estrutura baseada na NRB 6.022/ 2003 e na NBR14.724/2011:

a) Título do trabalho: no topo da página, em maiúscula, centralizado, fonte Times New Roman, tamanho 18, negrito.

b) Autoria: nome do (os) autor (es) e do(a) professor(a)-orientador(a). Identificar em nota de rodapé: titulação do(os) autor (es) e do(a) professor(a)-orientador(a)

c) Resumo: fonte Times New Roman, tamanho 12, negrito, espaçamento simples, alinhado à esquerda. O resumo deve ser um parágrafo com um total de 100 a 250 palavras, sem recuo de primeira linha e estruturado de forma a conter: introdução, objetivo, metodologia, discussão, resultado e considerações finais.

d) Palavras chave: fonte Times New Roman, tamanho 12, negrito, alinhado à esquerda, listar de 3 a 5 palavras.

e) Texto principal: seguindo as normas da ABNT subdivido em: introdução, desenvolvimento, considerações finais e referência bibliográfica, deverão ser apresentadas com no mínimo 20 (vinte) páginas e no máximo 30 (trinta) páginas em fonte Times New Roman, tamanho 12 e espaçamento 1,5.

QUADRO I – Disposição dos elementos do artigo

Elementos	Etapas
Pré- Textuais	Título
	Autoria
	Resumo (Língua materna e em outra língua)
	Palavra-Chave (Língua materna e em outra língua)
Textuais	Introdução
	Desenvolvimento
	Considerações Finais
Pós-Textuais	Referências
	Anexos/ Apêndice

CAPÍTULO IX DA BANCA DE QUALIFICAÇÃO E DEFESA

Artigo 17º A sessão de apresentação do TCC será defendida publicamente pelo(a) aluno(a) perante Banca de Qualificação e de Defesa composta pelo professor(a)-orientador(a), na qualidade de presidente, um(a) profissional assistente social e um(a) professor(a) da UEMG/Divinópolis.

§ Para a indicação do profissional deverá ser observado o conhecimento sobre o assunto discutido no trabalho bem como a titulação mínima de nível superior completo.

Artigo 18º O exame de qualificação da Pesquisa, acontecerá ao término da disciplina de TCC I, conforme calendário estabelecido no Capítulo V, no 7º período, do curso de Serviço Social. Objetiva-se avaliar os projetos de pesquisa e a pesquisa construídos nas disciplinas de Pesquisa em Serviço Social I, II e TCC I. Os projetos e a pesquisa serão avaliados observando os seguintes critérios: a relevância do estudo para o Serviço Social; o objeto de pesquisa; o problema em consonância com a questão social; os objetivos; o percurso metodológico, a revisão de literatura e as referências, tendo em vista a continuidade da pesquisa na disciplina TCC II.

Artigo 19º O estudo a ser examinado pela banca deverá ser entregue/protocolado na secretaria do bacharelado até no máximo 20(vinte) dias antes da apresentação, em 03(três) vias encadernadas, a serem entregues aos membros da banca.

Artigo 20º O aluno terá 20 (vinte) minutos para apresentar o projeto de pesquisa e a pesquisa à Banca de Qualificação e de Banca de Defesa.

Artigo 21º Após discussão e avaliação acerca do trabalho apresentado a Banca poderá fazer as seguintes ponderações:

- 1- Aprovar a pesquisa;
- 2- Solicitar ajustes na pesquisa, os quais serão acompanhados pelo professor/a orientador/a à data limite para entrega será o término do período letivo estabelecido no calendário acadêmico ;
- 3- Reprovar o trabalho.

Artigo 22º A comissão examinadora somente poderá executar seus trabalhos com todos os membros presentes.

Artigo 23º Não comparecimento de um dos membros da banca será designado um(a) professor(a) suplente indicado previamente pela Coordenação do Curso.

CAPÍTULO X DA APRESENTAÇÃO DO TCC

Artigo 24º As sessões de apresentação de TCC são públicas.

Artigo 25º Não é permitido aos membros da Banca de Defesa tornarem públicos os conteúdos dos TCCs antes das apresentações.

Artigo 26º Cabe à coordenação do curso junto ao Coordenador de TCC elaborar um calendário fixando prazos para entrega dos TCCs, designações dos suplentes, datas, horários e locais destinados à apresentação dos trabalhos, divulgando-os com antecedência mínima de 20(vinte) dias.

Artigo 27º O aluno terá até 20 (vinte) minutos para apresentar seu trabalho e em seguida será arguido pela Banca de Qualificação e de Defesa que avaliará o trabalho escrito será atribuído até (65 pontos) cuja avaliação abrange os aspectos científicos, profundidade da pesquisa, conteúdo do trabalho e a apresentação do texto de acordo com as normas da ABNT. Para a apresentação oral será atribuído até (35 pontos), cuja avaliação abrange a consistência da argumentação, a capacidade de expor a pesquisa e o conhecimento científico sobre o tema.

O/A aluno(a) poderá atingir a nota máxima de 100 (cem) pontos de acordo com a média aritmética das notas atribuídas pelos membros das Bancas de Qualificação e de Defesa.

Parágrafo Primeiro – No caso de TCC desenvolvido em dupla, apenas a nota do trabalho escrito é coletiva. A nota da apresentação oral é individual.

Parágrafo Segundo – A nota final será atribuída pelos membros das Bancas de Qualificação e de Defesa, em caráter de sigilo, quando os(as) alunos(as) e os ouvintes serão convidados a se retirar do ambiente e aguardar a chamada para ouvir o resultado final.

Artigo 28º A atribuição das notas dar-se-á após o encerramento da apresentação e defesa obedecendo aos critérios estabelecidos no artigo 22.

Artigo 29º A avaliação final, assinada por todos os membros da Banca Examinadora, deverá ser registrada em documento padronizado, conforme modelo contido neste regulamento.

Artigo 30º O/A aluno(a) que não entregar o TCC em tempo hábil ou não se apresentar a Banca de Qualificação ou de Defesa estará automaticamente REPROVADO salvo por motivos institucionalmente aceitos em regulamentações ou leis.

Artigo 31º Não haverá revisão de nota em relação à nota final atribuída ao TCC, pela banca avaliadora, sendo esta definitiva implicando em aprovação ou reprovação.

CAPÍTULO XI DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 32º Estas normas só poderão ser alteradas pela maioria absoluta do Colegiado do Curso de Serviço Social, competindo a este dirimir dúvidas referentes à sua interpretação, bem como atuar nos casos omissos, expedindo atos complementares que se fizerem necessários.

Artigo 33º O presente regulamento entrará em vigor na data da sua aprovação.

ANEXO I – TERMO DE COMPROMISSO

Eu, _____

acadêmico (a) regularmente matriculado no 7º () 8º () período do Curso de Serviço Social da UEMG/ Unidade Divinópolis mediante assinatura deste termo de compromisso, declaro estar ciente dos termos do Regulamento do Trabalho de Conclusão de Curso –TCC, apreciado e aprovado pelo Colegiado deste Curso. Declaro também que é de minha INTEIRA RESPONSABILIDADE a construção e apresentação do TCC/ARTIGO ACADÊMICO, dentro dos prazos e normas estabelecidas pela Coordenação de Curso e Coordenação de TCC, sob pena de adiar minha colação de grau, caso não sejam satisfeitas as condições mínimas de aprovação do trabalho por mim elaborado.

Portanto, concordo com as regras estabelecidas no Regulamento do Trabalho de Conclusão de Curso em permanecer sob a orientação do(a) professor(a)

_____ e me submeter ao Colegiado do Curso de Serviço Social para quaisquer situações que não estejam previstas no regulamento em vigor.

Assinatura do(a) orientando(a)

Divinópolis, ___/___/2___.

ANEXO II - TERMO DE COMPROMISSO DO PROFESSOR (A) ORIENTADOR (A)

Professor(a): _____

vem respeitosamente informar ao professor(a) responsável pela Coordenação de TCC que assume a função de ORIENTADOR (A) do (a) aluno (a)

_____ regularmente matriculado no ____ período, do curso de Serviço Social UEMG/Unidade Divinópolis, na disciplina Orientação de TCC _____, na elaboração do artigo, cujo título provisório _____ é:

Com previsão de ser apresentado no ____ semestre de 20____.

Declara ainda conhecer o teor do Regulamento que dispõe sobre o Trabalho de Conclusão de Curso.

Divinópolis, ____ de _____ de 20____.

Professor (a) Orientador (a)

ANEXO III - ATA DE ORIENTAÇÃO DE TCC/ARTIGO ACADÊMICO

Orientador (a): _____

Aluno (a): _____

Tema/Título do TCC/Artigo: _____

Início: ____: ____ h

Término: ____: ____ h

Assuntos

tratados: _____

Encaminhamentos: _____

Divinópolis, ____ de _____ de _____.

Aluno (a)

Orientador (a)

ANEXO IV - CRITÉRIO PARA AVALIAÇÃO DAS PESQUISAS - AVALIADORES

Título: _____

Acadêmico (a) 1: _____

Acadêmico (a) 2: _____

Orientador (a): _____

Avaliador (a): _____

TEXTO 65 pontos	1 – Escolha do tema pertinente ao conteúdo do curso
	2 – Problema central claramente formulado, contextualizado e justificado
	3 – Objetivos claramente delimitados e coerentes com o problema de pesquisa
	4 – Quadro de referências teóricas delimitado coerentemente com a temática e problema proposto
	5 – Metodologia bem definida e justificada, adequada ao problema, com fases de pesquisa bem relatadas.
	6 – Estruturação do texto correspondente às normas da ABNT
APRESENTAÇÃO 35 PONTOS	1 – Estruturação ordenada das ideias
	2 – Organização visual da apresentação
	3 – Domínio dos conceitos e dos processos propostos

Observações e/ou recomendações: _____

Divinópolis, ____ de _____ de 2 ____.

ANEXO V - CRITÉRIO PARA AVALIAÇÃO DAS PESQUISAS – ORIENTADORES

Título: _____

Acadêmico (a): _____

Orientador (a): _____

PROCESSO 20 pontos	1 – Assiduidade e pontualidade às reuniões de orientação
	2 – Execução das tarefas propostas
	3 - Superação progressiva das limitações teóricas com compreensão do processo de execução do TCC
TEXTO 60 pontos	1 – Escolha do tema pertinente ao conteúdo do curso
	2 – Problema central claramente formulado, contextualizado e justificado
	3 – Objetivos claramente delimitados e coerentes com o problema de pesquisa
	4 – Quadro de referências teóricas delimitado coerentemente com a temática e problema proposto
	5 – Metodologia bem definida e justificada, adequada ao problema, com fases de pesquisa bem relatadas.
	6 – Estruturação do texto correspondente às normas da ABNT.
APRESENTAÇÃO 20 pontos	1 – Estruturação ordenada das ideias.
	2 – Organização visual da apresentação.
	3 – Domínio dos conceitos e dos processos propostos.

Observações e/ou recomendações: _____

Divinópolis, ____ de _____ de _____.